

1
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
2
3



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**



**TRANSCRIÇÃO DA 32ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE,
SANEAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RESÍDUOS - CTSSAGR**

Sala T-13, térreo do edifício Marie Prendi Cruz,
W2 Norte, Quadra 505, Lote 2, Bloco B
Brasília / DF

Brasília/DF, 17 e 18 de junho de 2010.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

4

39O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro Oeste) – Bom dia, a todos e a
40todas. Espero que aqueles que vieram de longe tenham feito uma boa viagem, aqueles
41que já estavam aqui eu espero que tenham uma boa estadia em seus hotéis e uma boa
42noite, tenham dormido bem. E agradecer a todos pela presença. Lembrando que ainda
43faltam 2 representantes que confirmaram suas vindas, o Ministério das Cidades e o
44MOVER, contudo nós já temos quorum suficiente para iniciar a reunião, já destacando
45aqui a presença do ilustre Conselheiro Representante de Minas o José Cláudio que é
46um professor literalmente, eu fico muito feliz de ter a sua presença aqui hoje, José
47Cláudio. E começar no ponto de pauta, primeiro está a abertura da 32ª Reunião e a
48leitura dos resultados da 31ª, contudo antes de fazer a leitura Adriano, eu vou abrir o
49espaço para pedidos do inversão de pauta. Eu mesmo vou apresentar o primeiro
50pedido, a pedido da CETESB de São Paulo, o nosso amigo Cláudio Alonso solicitou
51que tivesse a inversão para o primeiro ponto de pauta, para a pauta de micronutrientes
52até para que os representantes de São Paulo que se deslocaram só por causa deste
53assunto pudessem ter tranquilidade no deslocamento de volta. Se alguém tiver mais
54algum pedido de inversão de pauta o momento é esse.

55

56

57O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI) – Eu gostaria que pudéssemos
58analisar o item 2.2 que é inicialmente antes do item 2.1, que eu acho que por questão
59de ordem ele precede o item 2.1. É o que trata da questão do Grupo de Trabalho de
60Revisão da 307.

61

62

63O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste) – Mais algum pedido de
64inversão de pauta?

65

66

67O SR. ERIC FISCHER (MS) – A informação que eu tinha da CETESB é que eles viriam
68só amanhã.

69

70

71O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste) – Eles já estão aqui.

72

73

74O SR. ERIC FISCHER (MS) – Tudo bem. E com relação à construção civil, só a parte
75do gesso?

76

77

78O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste) – É só um pedido de
79inversão de pauta. Não é a discussão agora, nós vamos votar. Tem mais alguma
80proposta para inversão de pauta? Então, ficam apresentados 2 pedidos, o primeiro
81pedido é para a inversão de pauta para que ponto 2.5 seja o primeiro ponto a ser
82discutido, a questão dos micronutrientes e a inversão de pauta também para que o
83segundo ponto a ser discutido seja o ponto 2.2 jogando o 2.1 para ser o terceiro
84assunto a ser discute. Algum conselheiro se opõe a essas propostas? Então, fico
85aprovado por consenso a inversão de pauta. Passo agora a leitura e aprovação dos

5

6

86 resultados da 31ª Câmara Técnica de Saúde Saneamento Ambiental e Gestão de
87 Resíduos. Eu creio que todos os conselheiros já tiveram acesso a esse documento no
88 site. Eu não sei se é necessário uma leitura aqui no Plenário da Câmara Técnica.
89 Algum conselheiro quer que se faça a leitura da ata? Pode se aprovar, então? Fica
90 aprovado a ata da 31ª Reunião da Câmara Técnica Saúde Saneamento Ambiental e
91 Gestão de Resíduos. Passamos agora a discussão do primeiro ponto de pauta que era
92 o antigo 2.5, peço que a representante da CETESB venha até aqui. Só para fazer um
93 esclarecimento de acordo com a Lady nos passou. O Grupo de Trabalho tinha o seu
94 mandato até outubro de 2009. Outubro ou novembro? Até outubro de 2009 e na última
95 Reunião da Câmara Técnica, ficou deliberado o que Grupo de Trabalho iria apresentar
96 o relatório, contudo a Lady apresentou a situação de que, na verdade, não foi fechado o
97 Grupo de Trabalho, não houve relatório. Então, é uma anomalia em relação à pauta que
98 não vai ter a apresentação do relatório, mas o pedido de extensão do prazo do Grupo
99 de Trabalho. Eu vou passar a palavra para a Lady que é representante da CETESB que
100 coordenava o Grupo de Trabalho, só para expor os motivos e peço que seja o mais
101 breve possível, para um pedido de extensão do Grupo de Trabalho.

102

103

104 **A SRª. LADY VIRGINIA TRALDI MENESES (CETESB)** – Bom dia a todos. Eu trabalho
105 na CETESB e como o Presidente desta Câmara já falou, eu fazia parte da Câmara
106 como coordenadora desse Grupo de Trabalho e aqui vou fazer somente uma exposição
107 das atividades que foram desenvolvidas até o presente momento e justificar também
108 porque que nós ainda não elaboramos o relatório. Então, é um Grupo de Trabalho
109 criado pela Câmara Técnica de Saúde Saneamento Ambiental e Gestão em agosto de
110 2008. Houve a criação desse Grupo de Trabalho. E havia vários objetivos para esse
111 grupo, que é elaborar uma proposta de norma de forma que pudesse estabelecer
112 critérios para a utilização de resíduos industriais que tenham potencial de
113 aproveitamento como fonte de micronutrientes para produção agrícola, também
114 estabelecer especificações que levem em conta os aspectos agrícolas de saúde
115 humana e ambientais. Documentar as práticas de processamento de minerais e de
116 resíduos e valores residuais pró-processamento e em produtos naturais e resíduos. E
117 levar em conta toda a legislação existente, que naquela ocasião, inclusive a Resolução
118 CONAMA de valores orientadores ainda não havia sido editada. Então, nós fizemos até
119 o presente momento 4 reuniões ordinária do Grupo de Trabalho, a primeira foi realizada
120 logo após a sua instalação que foi em outubro de 2008 em que nós elaboramos um
121 plano de trabalho. Esse plano de trabalho tem duas etapas: a primeira etapa, como
122 esse tema é muito complexo, ele envolve muitas questões relativas a solo, a processos
123 industriais, a processos tecnológicos, a questão de resíduos, enfim, nós elaboramos
124 uma estrutura naquela ocasião, foi um dia inteiro fazendo uma minuta para realização
125 de um *workshop* para gerar exatamente subsídios para que esse grupo pudesse
126 atender a tarefa do Grupo de Trabalho. Então, aí seriam os principais objetivos, as
127 situação problemática, levantamento das legislações e apresentar visão de todos os
128 setores envolvidos, porque nesse Grupo de Trabalho existem vários setores: setores
129 industriais, as Organização Não-Governamentais, os pesquisadores das universidades,
130 os órgão de Meio Ambiente cada um com a sua visão. Então, nós entendemos que
131 seria muito interessante e oportuno se fazer um *workshop*. E em uma segunda etapa
132 seria o detalhamento desse plano de trabalho considerando as diretrizes emanadas

133desse seminário. Então, fizemos outra reunião em dezembro, logo após, um mês após
134a primeira, já estruturando o *workshop* com as palestras. Eu quero dizer que todos os
135setores envolvidos que estavam presentes no grupo, indicaram um representante para
136cada um dos temas, que os senhores vão ver nesse seminário, *workshop* e
137paralelamente a isso nós também fizemos algumas palestras paralelas a essa própria
138estruturação do *workshop*. Então, fizemos a segunda e a terceira reunião em Brasília,
139para essa estruturação de *workshop*, fizemos uma outra Reunião Extraordinária em
140fevereiro de 2009, em São Paulo, exatamente para fechar toda essa composição. Nós
141chamamos o seminário, o encontro técnico como a 4ª Reunião, que foi composta por 3
142dias. Foi um trabalho bastante intenso, nós tivemos reuniões das 8h às 18h, com
143aproximadamente 60 pessoas nos auditórios da CETESB, esse encontro foi
144denominado a viabilidade do uso de resíduos industriais indicados como matéria-prima
145para a fabricação de produtos fornecedores de micronutrientes utilizados como insumo
146agrícola. E nós definimos temas para esse encontro e nesse caso aí o próprio... tinha
147como objeto geral, subsidiar o Grupo de Trabalho sob a viabilidade do uso dos resíduos
148industriais como fonte de nutriente, para fabricar de fertilizante no ponto de vista
149ambiental, técnico, legal, de gestão agrônômica e de saúde pública, ou seja, bastante
150abrangente. Nós definimos 4 temas, especificamente, o primeiro tema foi considerar o
151estado da arte, da questão, onde que o objetivo era o conhecimento do estado da arte
152na perspectiva do uso de fertilidades com micronutrientes para solo, oriundo de
153resíduos industriais e os seus efeitos no ambiente. Tivemos 3 palestras, com 2
154pesquisadores vindo de universidades de todo o Brasil, sobre: Ecologia do Solo,
155ecofisiologia vegetal, absorção dinâmica e absorção dos contaminantes,
156comportamento e efeitos contaminantes: no solo, na biota, na saúde e nos recurso
157hídricos. Depois nós tivemos um segundo tema denominado Diagnóstico do Estado do
158Solo Nacional em o que objetivo era a necessidade da complementação considerando
159as características dos solos nacionais. Então, também aqui tivemos pesquisadores
160oriundos de várias universidades, de várias instituições, Diagnóstico do Estado do Solo
161Nacional, apresentação da proposta de Resolução para os valores orientadores do
162solo, que naquela ocasião ainda era a minuta, não era a Resolução. O uso de aplicação
163dos fertilizantes com micronutrientes e a avaliação do risco toxicológico. No tema 3, nós
164abordamos a cadeia produtiva do setor industrial de fertilizante com micronutrientes que
165é panoramas técnicos, ambientais e econômicos em que o objetivo era a apresentação
166do sistema de gestão, processos de fabricação de fertilizantes com micronutrientes
167desde matéria-primas, até a formulação dos produtos para solo, o interesse pela
168utilização de resíduos incluindo a caracterização química e física dos resíduos e as
169tecnologias de beneficiamento. E também nesse tema vários pesquisadores que
170estiveram presentes para abordar as seguintes palestras: Resíduos Sólidos e
171Industriais, Origem e Características de Resíduos Industriais e Apresentação da
172Aplicabilidade da Norma NBR 1004 da ABNT, O Processo Produtivo, Materiais
173Utilizados no Setor de Micronutrientes de Fertilizantes para o Solo sua Caracterização,
174Os Processos de Beneficiamento os Processos Fabricados e o Controle de Qualidade,
175Os Resíduos de Interesse como Matéria-Prima para a Fabricação de Micronutrientes.
176Então, aqui já se abordou que tipo de resíduo, que universo que nós estamos falando e
177Setores Industriais Geradores de Resíduos Potenciais com Insumos para Indústria de
178Micronutrientes para a Produção Nacional e Internacional. Em um tema 4, foram
179abordados legislações aplicáveis ao uso de resíduos industriais para a fabricação de

180micronutrientes e que o principal objetivo é a apresentação da legislação ambiental
181internacional e nacional. Legislação agrônômica e de saúde aplicáveis, bem como,
182apresentar a estrutura de controle e fiscalização dos órgãos competentes. Também se
183abordou com várias OEMAs que estavam presentes também nessa discussão, a
184legislação agrônômica aplicável pelo MAPA, a legislação ambiental internacional e
185nacional e a questão de licenciamento controle e fiscalização ambiental, em que, esse
186item especificamente nós fizemos juntamente com o IBAMA, o Ministério do Meio
187Ambiente e o CETESB, um questionário em que nós encaminhamos a todas as OEMAs
188de todo o Brasil, para discutir toda a estruturação, quem tinha empresas e
189micronutrientes naquele Estado e como abordava essa questão de controle e
190fiscalização. Bom, então, nós terminamos o nosso trabalho aí inicialmente, quer dizer,
191como reunião porque nós tivemos 4 reuniões, mas que são 3 dias de reuniões, na
192verdade, são bastante intensas e de acordo com o nosso Grupo de Trabalho, nós
193definimos que seria interessante fazer um transcrição de todo o material. E essa
194transcrição só foi encaminhada ao CONAMA, naquela ocasião, nós fizemos em abril de
1952009, essa transcrição foi encaminhada ao CONAMA e nós conseguimos essa
196transcrição finalizada, somente em dezembro de 2009. Então, nós passamos o ano
197inteiro para fazer essa transcrição por vários motivos do próprio CONAMA e nós não
198tivemos essa transcrição em mãos. Essa transcrição, eu tenho aqui, são mais de 250
199páginas geradas desse documento, desse seminário. Também eu que estava
200coordenando esse Grupo de Trabalho, a diretoria da CETESB entendeu que como eu
201estou tendo outras atividades até em nível internacional, não posso mais participar
202desse Grupo de Trabalho. Então, houve uma alteração da coordenação desse grupo
203aqui, por meio da CETESB, aí eu recebendo essa transcrição do CONAMA, enviei a
204cada um dos relatores de cada um dos temas, para que pudessem fazer uma revisão
205de cada um daqueles trabalhos que foram oriundos do *workshop*. Então, enviei a
206relatoria do Grupo de Trabalho, como o Ministério da Saúde que é o relator oficial, foi
207encaminhado essa revisão ao Ministério da Saúde, por meio da Cássia e da Patrícia; e
208recentemente houve alteração oficial do coordenador, já houve a coordenação

209

210

211**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Pelo o que o Adriano
212me passou, já foi mudado o coordenador.

213

214

215**A SRª. LADY VIRGINIA TRALDI MENESES (CETESB)** – Já tem um novo coordenador
216que é o Alfredo Rocca, muitos de vocês já conhecem, ele participou ativamente na
217Resolução de Valores Orientadores do Solo. Então, ele vai ser o coordenador desse
218trabalho. E também houve a aprovação da própria Resolução CONAMA, que nós
219havíamos também discutido intensamente no próprio Grupo de Trabalho que tem uma
220relação muito íntima com o objeto de estudo. A nossa solicitação aqui junto à Câmara
221Técnica é que esse Grupo de Trabalho possa dar prosseguimento aos seus projetos, às
222suas atividades porque ela tem agora que analisar e discutir as informações porque nós
223temos a transcrição, a revisão dos relatores e o grupo não se reuniu a posteriori do
224seminário. Então, esse grupo foi tão subsidiado com série de informações com mais de
225250 páginas transcritas e revisadas. E o que nós estamos pedindo é realmente essa
226extensão de prazo, para que o grupo possa trabalhar com todo o material decorrente

16

227daquele *workshop*, como eu falei anteriormente quais foram os objetivos que nós
228consequimos alcançar, os objetivos de cada um daqueles temas que foram abordados
229no seminário. Então, seria para analisar a questão do estado da arte, a necessidade de
230complementação de micronutrientes. Quais são de fato o universo que nós estamos
231falando, que tipo de resíduo é esse? Esse seminário trouxe essa questão, trouxe
232também quais são as tecnologias existentes, que legislação existe. Eu acho que agora
233é a hora de o grupo se discutir, exatamente, todo o material decorrente do seminário.

234

235

236**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Depois da
237apresentação da CETESB, o pedido é que seja feito a extensão do prazo do Grupo de
238Trabalho. Eu creio que na forma regimental por mais 6 meses. Algum conselheiro tem
239algum comentário ou alguma pergunta a fazer? CNI, depois o Ministério da Saúde.

240

241

242**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom dia. A pergunta que eu tenho é
243a seguinte, vocês já têm um plano de trabalho, já estabelecido para essa nova etapa,
244não havendo a extensão de prazo, um cronograma, uma proposta de texto. A CETESB
245tem uma proposta de texto para regulamentar isso ou não?

246

247

248**A SR^a. LADY VIRGINIA TRALDI MENESES (CETESB)** – Eu vou falar sobre o Grupo
249de Trabalho inicialmente. Eu não sei se ficou claro porque o Grupo de Trabalho do
250CONAMA não se reuniu posteriormente ao seminário, portanto não existe o plano de
251trabalho ainda porque não houve a discussão. A próxima reunião seria exatamente para
252discutir todo o material e formular esse plano de trabalho. E a CETESB já tem, inclusive
253uma minuta de texto, mas de muitos anos atrás. Nós também temos outras mais
254recentes também que podem contribuir ao caso.

255

256

257**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – A minha colocação vai muito à linha do que
258ele colocou, a decisão do grupo tinha sido justamente de fazer a transcrição de todo
259material, pela riqueza que o material que se tinha nos *workshops*, mas nós recebemos
260de quase 5.000 páginas para poder fazer um relatório e a relatoria para nós foi
261extremamente pesada, porque eu acho isso precisa ser discutido a dinâmica desse
262grupo, entendo a riqueza e a importância da transcrição, mas depois para transformar
263essa transcrição num relatoria, as meninas tiveram uma certa dificuldade. Eu acho que
264esse grupo já se reúne há um tempo e precisamos de ter um balizador de tempo e de
265uma concretude como ele colocou nesse plano de trabalho. Entendo das dificuldades
266do grupo de se reunir, sei que é muito difícil, nós temos essa dinâmica para outros
267grupos também, mas nós precisamos ter uma proposta que acho que seria muito
268importante para essa Câmara Técnica ter um Norte desse grupo e um resultado final
269ainda este ano. Acho que seria importante de nós apresentarmos isso, eu sei que nós
270só temos 6 meses ainda de um ano difícil que é um ano de política, mas eu acho que
271se nós pudéssemos sair com um indicativo disso seria muito importante.

272

273

17

18

274**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
275**Gerais)** – Bom dia a todos. Lady, eu queria te fazer uma pergunta. Quando esse
276processo se iniciou, até antes de criar o Grupo de Trabalho, eu fiquei com uma
277impressão e eu acho que posso estar enganando, que isso seria apenas para o
278processamento de fertilizantes a partir de resíduos perigosos importados. Ele é mais
279geral pelo que eu estou entendendo. Eu queria saber se ele se aplica ao uso de, por
280exemplo, escoria de aciaria na agricultura? Porque nós estamos com uma pesquisa
281dessa em Minas e eu até vi que tem um... vocês estão discutindo lá na CETESB, um
282norma, eu não sei qual é a norma... e demais siderúrgicas de São Paulo. É você que
283está participando disso também? Não. Isso está abrangido nesta proposta?

284

285

286**A SR^a. LADY VIRGINIA TRALDI MENESES (CETESB)** – Esse trabalho da CETESB
287pode vir a contribuir nessa minuta de norma.

288

289

290**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
291**Gerais)** – Quer dizer que nessa minuta de norma qualquer tipo de resíduo industrial
292possa ser utilizado como fertilizante, ela é a abrangente de maneira geral para tudo ou
293não?

294

295

296**A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – Na época eu estava pelo IBAMA, e fui autora de uma
297nota para explicar e separar. Esse pedido desse Grupo de Trabalho, teve origem na
298ABEMA em função de uma série de importações de resíduos perigosos, de maneira
299irregular com o objetivo de ser micronutriente, de fabricar micronutriente. Na época
300essa Câmara separou os 2 assuntos, uma coisa é se revisar a Resolução que trata de
301importação de resíduos perigosos que é a 23/96 e a 235/98, separou, e esse grupo
302ficou com um escopo mais amplo que erro o uso de resíduos com micronutrientes,
303lembrando aos senhores que resíduo perigoso a importação é proibida. A revisão da 23
304é só para atualizar, não se vai se abrir, não vai se mudar, isso faz parte dos preceitos
305de Basiléia, mas o escopo desse grupo é todo e qualquer resíduo. Eu acho que atende
306isso que você perguntou.

307

308

309**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
310**Gerais)** – Eu acho que não tem ninguém de Minas participando, não sei se é possível,
311mas eu gostaria que o nosso pessoal que está trabalhando com essa pesquisa
312específica pudesse participar do grupo.

313

314

315**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Quero solicitar a
316assessoria técnica que na próxima reunião do Grupo de Trabalho providencie um
317convite também para o Conselheiro de Minas e para todas as representações que
318tenham assento nessa Câmara, caso as representações que não faziam parte da
319composição passada, também tenham interesse em participar. Mais algum pergunta?

320

22

321

322A SR^a. LADY VIRGINIA TRALDI MENESES (CETESB) – De fato a transcrição era
323bastante longa, não me recorde de 5.000 páginas, mas eu separei cada um dos temas
324por relator e encaminhei cada um dos temas, para cada relatoria. Então, houve já uma
325revisão, o relator já fez a revisão e o que acontece, nós podemos contribuir para o
326CONAMA, da seguinte maneira, eu já posso encaminhar mesmo tento encaminhado ao
327Ministério da Saúde, também ao próprio Secretário Executivo do CONAMA para que o
328possa colocar isso já no site, porque já foi revisado. Então, dá aproximadamente 40 a
32945 páginas por tema. Nós temos uma revisão de 250 páginas mais ou menos e isso
330ficou, é o que nós temos de material para ser discutido, essa é a base. O que o
331Ministério da Saúde poderia fazer é simplesmente uma ata da reunião, da 4^a Reunião,
332que os participantes... porque já está pronto.

333

334

335A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS) – Eu acho que talvez Lady, o que nós
336pudéssemos fazer, enfim, sou muito simpática a indicação do Alfredo e nós
337trabalhamos junto há 10 anos, então, não temos problema nenhum com isso e eu acho
338que nós poderíamos, talvez, fazer uma reunião um pouco mais enxuta, não para
339discussão, mas para o fechamento mesmo, porque acho que nós deveríamos
340apresentar uma coisa condensada e não pedaços, eu acho que fica... foi um grupo
341muito rico e se nós apresentarmos um produto melhor acabado para colocarmos para
342fora a disposição de acesso público. Eu sou mais simpática a essa, como nós já
343havíamos conversado. Então, eu acho que nós poderíamos fazer em um curto espaço
344de tempo uma coisa de fechamento mais miúda mesmo, relatoria com coordenação,
345nós apresentarmos esse produto final e talvez já apresentar uma proposta de extensão
346do prazo do grupo com um novo plano de trabalho.

347

348

349O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste) – Só para fins de
350burocracia necessária. Então, eu vou colocar em votação agora a extensão do Grupo
351de Trabalho o prazo regimental é de 6 meses e o Grupo de Trabalho pode depois pedir
352outra extensão se caso for necessário. Pelo que eu entendi, antes da primeira reunião a
353coordenação e a relatoria já vão se reunir para fazer uma sistematização do que será
354discutido. Eu tenho certeza que isso deverá acelerar demais os trabalhos. Vou colocar
355em votação agora o pleito de extensão do Grupo de Trabalho de micronutrientes com
356mais 6 meses, começando pelo outro lado da Mesa, ANAMMA Nacional. Celma Alves
357dos Anjos, ANAMMA: sou a favor; Norma, Ministério das Cidades: também favorável a
358prorrogação do prazo; Alagoas: favorável a ampliação do prazo; CNI: favorável a
359ampliação do prazo; CNT: favorável; Saúde: favorável; ABES: favorável; Minas:
360favorável; ANAMMA Centro-Oeste: também é favorável. Fica aprovado por todos que
361estavam aqui presentes. Seguindo a nossa inversão de pauta, passo agora o ponto 2.2
362que também anteriormente o 2.2, é da revisão da Resolução CONAMA 307, o fatídico
363Grupo de Trabalho da 307, que atualmente encontra-se suspenso. São 3 pontos a
364serem discutidos, só para orientar os conselheiros. O primeiro ponto é a extensão do
365Grupo de Trabalho, do prazo. O segundo ponto, é a extensão do escopo desse Grupo
366de Trabalho. E são 2 extensões que são aqui pedidas. A primeira extensão pedida, é
367que para se analise também a situação do resíduo, a classificação do resíduo contendo

23

24

368gesso, é um pedido da Associação Drywall. O segundo pleito em relação ao aumento
369do escopo é um pedido do Instituto Brasileiro Crisotila, para discussão no Grupo de
370Trabalho sobre os resíduos contendo amianto crisotila, é isso. Então, como nós não
371podemos discutir o acessório sem o principal, uma vez, que eu sou coordenador do
372Grupo de Trabalho da revisão da 307, só expor aqui o pedido, as razões do pleito para
373a extensão de Grupo de Trabalho. O Grupo de Trabalho teve uma reunião, uma reunião
374bem produtiva por sinal, contudo no encaminhamento do Grupo de Trabalho houve
375pleito de um interessado e julgo-se naquela ocasião que esse pleito mereceria uma
376melhor apreciação por essa Câmara Técnica. Algumas pessoas entenderam que fugia
377ao escopo e que fugindo ao escopo deveria ser necessário a apresentação de um
378parecer do Ministério, da Assessoria Técnica do Ministério do Meio Ambiente, que para
379se houvesse ou não, o aumento desse escopo. Houve a apresentação desse parecer,
380contudo na reunião onde seria votado o aumento ou não do escopo. Antes disso teve
381uma reunião, na qual, eu não estive presente nela o tempo todo e nessa reunião foi
382decidido que Grupo de Trabalho ficaria suspenso até que decidisse sobre o aumento ou
383não do escopo do mesmo. Se alguém quiser me corrigir sinta-se à vontade porque eu
384não estava presente nessa reunião. E na reunião seguinte quantidade seria votado o
385aumento do escopo, em relação ao gesso, não foi possível já decidir para o aumento do
386escopo ou não, porque não tinha ainda a apresentação do parecer da Assessoria
387Técnica do Ministério, em relação ao amianto crisotila, houve um pedido de vista de
388duas representações, aliás, de 3 representações: da MOVER, do Ministério da Saúde e
389da CNI. As representações encaminharam, a MOVER não encaminhou. Eu peço até
390que, como na forma regimental deve haver uma apresentação, peço que depois a
391Assessoria Técnica consulte uma justificativa por escrito da MOVER, do porquê de não
392ter encaminhado um parecer, porque eles pareciam muito interessados do pedido de
393vista, uma vez que, só vieram a reunião para fazer esse pedido de vista. Alguma coisa
394deve ter acontecido e solicito a Assessoria Técnica que faça uma consulta a
395representação de porquê não ter encaminhado. E em relação às outras entidades, o
396parecer foi encaminhado, está no site há uns 15 dias, já até tinha conversado com o
397Adriano e com a Zilda, esse não é o momento para a discussão de mérito. Os
398pareceres foram encaminhados e os conselheiros tiveram livre acesso. Houve um
399pedido da CNI para fazer uma apresentação sobre a questão do amianto que eu estou
400recusando de plano por não entender que aqui não é o local para isso, não é o local de
401defesa de mérito e eu já conversei sobre isso com a Assessoria Técnica, então, é lógico
402que a CNI vai exercer o seu direito, mas antes disso, eu solicito só que nós passamos,
403estou aqui fazendo...

404

405

406**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – É só para fazer um esclarecimento,
407que corrobora com o que você colocou. Na verdade, o nosso pedido de inversão de
408pauta se baseia num tema maior que é justamente a pertinência ou não da criação do
409Grupo de Trabalho para a revisão da 307. Como o tema cimento amianto está dentro
410da 307, faz parte do escopo dela, inclusive, nós fizemos um questionamento à
411Secretaria Executiva do CONAMA, porque se criou um processo específico a isso
412sendo que a documentação da CNI pedia para que esse tema fosse incluído dentro do
413escopo da revisão da 307, o que foi acordado na primeira reunião do Grupo de
414Trabalho, o que foi acordado lá, foi que aqueles setores que tivessem interesse de

415reencaminhar oficialmente ao CONAMA o seu interesse da revisão e isso foi feito pelo
416setor empresarial no caso do setor da Crisotila. Então, na verdade, estou corroborando,
417acredito que isso deva ser debatido dentro do Grupo de Trabalho, amadurecido dentro
418do Grupo de Trabalho, os consensos e os dissensos e com os encaminhamentos para
419que nós possamos deliberar de maneira mais tranquila nessa Câmara Técnica, nós
420sabemos que o assunto não fácil. A nossa intenção... Lembre-se, nós não fomos
421favoráveis de início ao pedido de vistas, dentro do processo até porque nós não fomos
422favoráveis a criação de um novo processo, mas em se pedindo vistas, nós também
423pedimos, apenas para garantir um espaço para que o setor pudesse se manifestar, só
424que nós achamos o que local mais adequada é o Grupo de Trabalho, para fazer essa
425apresentação, um debate técnico de alto nível, aí o Ministério da Saúde vai poder
426apresentar todos os seus questionamentos e nós também podendo haver um diálogo
427sobre isso. Eu concordo com a presidência em relação a está questão e nós não vamos
428fazer a apresentação nessa Câmara Técnica. O local mais adequado seria o Grupo de
429Trabalho.

430

431

432**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Então, como os
433conselheiros podem ver, esta Câmara tem um espírito muito democrático que não há
434rejeição de pedido algum aqui, que aqui na verdade que a própria CNI concorda que
435aqui não é o local. Então, esclarecidos os... Só um momento que nós vamos entrar na
436questão do aumento do escopo do gesso. Mas esclarecidos os conselheiros, eu quero
437aqui pedir e vou falar em nome do nosso relator do Grupo de Trabalho, o Dr. Gustavo,
438eu quero pedir a extensão do Grupo de Trabalho, também na forma regimental por mais
4396 meses. Um novo plano de trabalho vai ser elaborado agora caso haja o aumento do
440escopo, mas o Grupo de Trabalho ainda tem... na verdade, ele não tem nem que
441continuar, ele tem é que recomeçar, pois ele só teve a primeira reunião e na reunião
442seguinte, não tinha vencido o prazo ainda, só para especificar, o prazo não tinha
443vencido quando o Grupo de Trabalho foi suspenso, então, não foi uma situação de falta
444de trabalho, de ausência do Grupo de Trabalho, foi porque a Câmara Técnica num
445determinado situação entendeu que seria melhor suspender até que houvessem as
446decisões. Alguma pergunta de algum conselheiro? Eu vi que o Ministério da Saúde, o
447Fischer parece que queria se manifestar? Não?

448

449

450**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Nós vimos já nessa discussão da questão
451desse Grupo de Trabalho da construção civil e eu acho que essa já é a terceira reunião
452que nós temos essa estratégia um pouco confusa de como é que nós vamos adotar os
453encaminhamentos. Eu estou de acordo acho que tem que ser debatido tecnicamente,
454tem que ir para o Grupo de Trabalho porque senão o GT começa a perder um pouco o
455sentido, acho que aqui é o local de decisão final dos méritos apresentados pelo Grupo
456de Trabalho. Agora o Grupo de Trabalho não está claro, há 3 reuniões que nós estamos
457discutindo isso, se esse grupo acabou ou não acabou, qual é o escopo de trabalho
458dele. Então, até para nós discutirmos, o nosso parecer está posto, a nossa colocação
459técnica, o nosso parecer, as proposições do Ministério da Saúde estão colocadas no
460nosso parecer, são muito claras, são muito transparentes, estamos totalmente abertos
461para o diálogo e enfim, totalmente baseadas em evidências científicas, mas temos que

462debater e nós temos que dialogar e nós entendemos o que espaço para fazer esse
463debate é justamente aqui no CONAMA. Mas não está claro o Grupo de Trabalho em si,
464acho que é isso que nós precisamos primeiro para estar discutindo, porque eu acho que
465nós estamos entrando em determinados méritos específicos que devem ser discutidos
466ou não, nesse Grupo de Trabalho e essa é a dúvida que permanece, acho que
467precisamos é debater esse escopo primeiro, se esse Grupo de Trabalho permanece,
468ele está vigente, qual é a abrangência dele, qual é o objeto, qual é o objetivo, prazo de
469atuação, enfim, é isso que tem que estar um pouco mais claro para nós, colocamos
470publicamente as nossas informações, é isso que gostaríamos de ter um pouquinho
471melhor debatido.

472

473

474**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Só para esclarecer. A
475época que esse Grupo de Trabalho foi criado, eu era o Presidente da Câmara, foi na
476composição anterior e naquela época, a Câmara tinha relatoria, o relator da Câmara era
477o Gustavo, era quem fazia o trabalho pesado e a representação dos Estados, além de
478Alagoas era São Paulo, foi uma época em que Minas esteve na Câmara de Controle e
479Qualidade, São Paulo veio para... Tem a política do “café com leite” na Câmara de
480Resíduos e de Controle e Qualidade e ainda bem que pela qualidade dos conselheiros,
481isso tem sido sempre uma política muito produtiva para essa Câmara. E á aquela
482época, foi um encontro ocorrido em Goiânia, em agosto de 2008, esse encontro
483aconteceu em Goiânia. O pedido do Grupo de Trabalho era de revisão da 307 em totum
484, o Gustavo está aqui e se lembra bem disso e lá foi aprovado, infelizmente alguns
485documentos não puderam ser localizados pela Assessoria Técnica e teve-se a dúvida
486se o Grupo de Trabalho que se poderia ou não de forma que na primeira reunião dessa
487composição da Câmara Técnica, nós fizemos a extensão do Grupo de Trabalho que
488tinha sido criado lá em 2008, mas que sempre por essas impossibilidades que vem
489acontecendo, legítimas, fruto do exercício democrático e dos recursos administrativos
490que caiba a cada parte, o Grupo de Trabalho não tinha a possibilidade de se reunir.
491Então, o Grupo de Trabalho paradoxalmente é o grupo que poderia rever tudo, agora,
492como eu falei paradoxalmente achou-se necessário submeter a Câmara a apreciação
493de 2 pontos específicos que seria a revisão da classificação dos resíduos contendo
494gesso e a revisão dos resíduos contendo amianto. Como eu já tinha falado, era para
495rever tudo, agora ainda sim, optou-se por submeter a essa Câmara, porque era o
496entendimento da Assessoria Técnica, era o entendimento da Secretaria Executiva do
497Ministério de que isso deveria ser feito, houve a tentativa de que isso fosse feito nesta
498Câmara Técnica só que isto não prosperou pelos os motivos que eu já expus. Houve os
499pedidos de vista, houve mais discussões. Então, agora os pedidos de vista já estão
500apresentados e o que eu solicito como coordenador do Grupo de Trabalho é a extensão
501por mais 6 meses do grupo e não há o que se discutir isso, é o o Grupo de Trabalho
502que já tinha sido criado é só para que nós tenhamos mais tempo. Agora por um
503compromisso a tudo que essa Câmara discutiu, se ela entender que não deve ser
504discutido aqui a situação dos resíduos contendo gesso e que não se deve ser discutida
505a questão dos resíduos contendo amianto ou qualquer coisa de reclassificação, não
506será discutido por respeito e soberania ao que a Câmara decide em relação aos Grupos
507de Trabalho. Dessa forma o que eu quero submeter aos conselheiros é somente o
508pedido de extensão do prazo do Grupo de Trabalho na forma regimental por mais 6

34

509meses. Depois nós vamos submeter, uma vez que todo mundo já teve acesso aos
510pareceres e já está suficientemente informado dos pleitos dos setores interessados e
511nós vamos submeter a votação porque é até um compromisso desta Câmara de decidir
512se haverá ou não a discussão da reclassificação de certos resíduos. Correto?

513

514

515**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
516**Gerais)** – Eu vou pedir ao Presidente e aos demais colegas que me esclareça que eu
517estou um pouco confuso, porque o que eu me lembro. É que na questão de amianto foi
518um questão específica que deu um polêmica grande no Plenário do CONAMA, até
519porque na primeira versão o amianto não estava classificado, acho que a classe B e
520depois por uma emenda ele passou para a classe D, deu uma polêmico grande e isso
521foi criado um Grupo de Trabalho etc e tal. Já do outro não acompanhei a revisão da
522Resolução, se eu estou entendendo bem, o Grupo de Trabalho que está ali no item 2.2,
523era para fazer uma revisão geral da 307.

524

525

526**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – O que o foi aprovado
527à época. Por algumas discrepâncias técnicas, a requisição do setor crisotila não foi por
528parte da assessoria técnica anexada ao processo principal. Abriam um novo processo,
529por uma decisão da Assessoria Técnica que já foi até justificada aqui.

530

531

532**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
533**Gerais)** – Mas hoje, qual é a situação? Esse Grupo de Trabalho que você, inclusive
534coordenou tratou da revisão como um todo ou só da parte o gesso?

535

536

537**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Ele foi criado para
538tratar da revisão como um todo. De fato quando nós fomos discutir outras situações,
539como a do gesso, por exemplo, aí houve essa dúvida em alguns conselheiros que não
540faziam parte da composição da Câmara Técnica que aprovou a criação desse Grupo de
541Trabalho, se poderia haver a revisão desse ponto especificamente.

542

543

544**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
545**Gerais)** – Mas se estava previsto para fazer a revisão como um todo. Ou não? Eu não
546estou entendendo. Desculpe.

547

548

549**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – José Cláudio, eu vou
550passar para a Zilda que eu também nunca entendi, mas chegou o momento que nós
551deixamos acontecer. Se a Zilda puder esclarecer.

552

553

554**A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – Eu não tenho tão claro essa revisão total. Eu estava
555presente na reunião de Goiânia, participei da reunião e infelizmente o que conta não é a

35

36

556 nossa memória. Eu estou apelando mais para... porque os registros técnicos são muito
557 poucos a respeito, os registros do CONAMA não são esclarecedores a respeito desse
558 assunto. Infelizmente foi um lapso e o resumo da reunião, dos encaminhamentos não é
559 claro. Mas da minha memória já tenho uma visão diferente, eu tenho a visão de o que
560 foi solicitado, foi uma revisão quanto aos planos de gerenciamentos de resíduos. Foi
561 feita uma colocação da ANAMMA para que os planos de gerenciamento, os municípios
562 estavam tendo dificuldade na implementação do plano do gerenciamento que é uma
563 requisição da Resolução e ela foi revista por causa disso. Eu acho que isso também
564 não é o ponto polêmico. Por que o DCONAMA, o Ministério do Meio Ambiente pautou
565 na coisa do quê, o motivo pelo qual a Resolução, a revisão havia sido aprovada. Não é
566 só esse o caso. Nós temos outras Resoluções que vão para a Grupo de Trabalho e
567 muitas vezes o que é demandado vai fugindo por um canto e o grupo vai indo por outro,
568 às vezes, você tem que chamar e dizer que foi aprovada a sua tarefa na revisão ou na
569 elaboração, é uma tarefa “X”, eu já passei e relatei aos senhores na última reunião, o
570 Grupo de Movimentação que iria falar sobre licenciamento. Licenciamento não é o
571 escopo desse grupo, até porque não está vinculada à Câmara de Controle de
572 Qualidade Ambiental, então, foi nesse sentido. Nesse caso, tem uma particularidade,
573 quer dizer, o amianto, não fazia parte o José Cláudio lembrou muito bem, não fazia
574 parte da primeira relação de resíduos perigosos que merece uma consideração
575 especial eu não me recordo exatamente qual é a classe que ele está eu não estou com
576 o parecer aqui na frente e já tinha sido pedido um reposicionamento do amianto e
577 houve uma conclusão desse Grupo de Trabalho em 2007, pelo não reposicionamento
578 do amianto. Quando houve essa discussão na reunião de fevereiro, que teve todo
579 aquele contra tempo, o Ministério fez de novo uma nota, esclarecendo que não via junto
580 à comunidade científica junto, à sociedade de uma maneira geral um motivo para se
581 inserir o amianto. Mas o José Cláudio pediu esclarecimento em relação ao escopo.

582

583

584 **SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Em relação ao
585 escopo, você já esclareceu. A reunião de fevereiro já não depende do Grupo de
586 Trabalho. Só para esclarecer, então, só para...

587

588

589 **A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – Eu só citei isso porque o José Cláudio fez, você fez
590 uma colocação, para mim, eu participei da reunião, na ocasião representando o IBAMA,
591 não ficou claro que era uma revisão total, mas esse grupo pode ser soberano. Agora,
592 especificamente quanto ao amianto, existe um posicionamento contrário do Ministério,
593 de duas áreas do Ministério, por entender que a inclusão não é simplesmente a
594 inclusão do amianto, na hora que você vai incluir o amianto e o gesso, você vai revisar
595 amplamente a Resolução, inclusive da classificação dos resíduos. E retomar uma
596 discussão, que não faz muito tempo, 3 anos atrás, da Câmara Técnica que “bateu o
597 martelo” para ela. Desculpe, há alguma divergência quanto ao escopo, ele seria o plano
598 de gerenciamento de resíduos, que eu me lembre.

599

600

601 **SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Só para
602 esclarecimento, nós temos aqui 3 conselheiros a época, que eram conselheiros dessa

40

603mesma Câmara Técnica, que era o Wanderley, representando a CNI; o Gustavo
604representando o Governo de Alagoas; eu que representava outros municípios, não
605estava na representação da ANAMMA Centro-Oeste à época. E o que foi apresentado
606pela ANAMMA, só para que fique bem claro, foi apresentado pela ANAMMA, um pedido
607de Resolução baseado de fato nos planos de gerenciamento e foi aprovado naquela
608reunião da Câmara Técnica, dias 11 e 12 de agosto de 2008, a revisão da Resolução
609307 como um todo, além de você representando o IBAMA, eu me recordo que estava
610aqui o José Alberto, que a época nessa Câmara Técnica teve a questão do
611SINDIRREFINO, estava em Goiânia também o Nilo, mas não estava presente na
612reunião da Câmara Técnica especificamente. Então, foi aprovado. Já solicitei várias
613vezes, nós já solicitamos à Assessoria Técnica que resgatasse a transcrição daquela
614reunião, porque aquela reunião foi transcrita, foi estenotipada. Infelizmente essa
615transcrição nunca foi encontrada. Então... Está no site agora. Estava em outro local,
616então, só para registrar aqui que a transcrição está no site. Para que não haja
617discussão e como de toda a forma...

618

619

620 **SR. ADRIANO (DCONAMA)** – Aquele local exatamente que você procurou,
621realmente não se encontrava, mas ela foi disponibilizada desde aquela época em outro
622local do site.

623

624

625 **SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Eu vou procurar
626depois. Só para que não haja essa discussão, eu vou pedir o seguinte, vamos fazer a
627votação da extensão do Grupo de Trabalho com escopo baseado no que foi pedido
628pela ANAMMA e depois nós votamos as outras requisições, do pedido do gesso e do
629pedido do amianto, se essa é a preocupação. Porque a preocupação da ANAMMA e o
630Grupo de Trabalho foi criado, é em relação aos planos de gerenciamento e nós não
631tivemos sequer a chance de trabalhar em cima disso. Então, eu peço aos conselheiros
632e que fique registrado em ata, que o pedido da ANAMMA Centro-Oeste, da
633Coordenação do Grupo de Trabalho é que seja feito, a extensão do Grupo de Trabalho
634para tratar exclusivamente do que era o escopo do pedido da ANAMMA apresentada à
635Assessoria Técnica referente somente aos planos de gerenciamento, uma vez que, a
636ANAMMA Nacional através de sua Secretaria Executiva encaminhou aos municípios
637um expediente perguntando os municípios que tinham conseguido cumprir
638integralmente. Nem Belo Horizonte, era o Ronaldo que estava na Secretaria do Meio
639Ambiente à época que nós recebemos essa resposta, nenhum conseguiu cumprir
640integralmente e mais de 70% das capitais que responderam, alegaram que já sofreram
641alguma ação junto ao Ministério Público por conta disso. Então, os municípios,
642sobretudo, os grandes municípios querem e é o momento diferente de quando essa
643Resolução foi aprovada, hoje nós temos mais secretarias, nós temos uma
644representação dos municípios mais fortalecida, nós temos uma consciência ambiental
645mais fortalecida e principalmente, por obra de representantes dos Estados e do
646Governo Federal, nos últimos anos aumentou bastante o número de municípios que
647conseguem fazer hoje a própria gestão ambiental, por obra do trabalho da ABEMA, do
648Ministério e da própria ANAMMA, na tripartite nós conseguimos preparar muitos
649municípios para fazer esse trabalho da gestão ambiental integral dentro das suas

41

42

650competências. Então, baseado só nisso sem me alongar ou sem criar uma nova
651discussão. A extensão do Grupo de Trabalho por 6 meses só para discutir a questão
652dos planos de gerenciamento dos municípios em relação ao pleito da ANAMMA e
653qualquer outra coisa que fuja ao pleito da ANAMMA que seja depois decidido por esta
654Câmara Técnica. Pode ser? Eu posso colocar isso em votação?

655

656

657**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – É o seguinte, presidente apenas
658para corroborar o encaminhamento eu acho que está correto da forma como você está
659encaminhando. É o seguinte, a proposta da ANAMMA para a Câmara Técnica de 31 de
660julho de 2008, exatamente se direcionava a esses pontos inclusive especificamente ao
661art. 4º § 1º e art. 11º e art. 12º, ofício até assinado por você mesmo na época, foi
662enviado por e-mail, não está assinado porque veio por e-mail, mas está o seu nome
663aqui. E veja, realmente o Grupo de Trabalho ficou definido, ficou aprovado a discussão
664desses pontos apenas, da 307, até porque na primeira reunião do Grupo de Trabalho,
665em relação a esses pontos o Grupo de Trabalho não teve muito, não viu muito o que
666exatamente alterar, mas aí a coordenação do Grupo de Trabalho que ficou com a
667ANAMMA também, resolveu dar um prazo maior para que os membros do Grupo de
668Trabalho ainda refletissem sobre possíveis alterações da Resolução nesses pontos, ou
669até eventualmente em outros a depender de aprovação da Câmara Técnica no caso
670para estender eventualmente o escopo. O encaminhamento está absolutamente correto
671agora. Se for necessário nós podemos abrir a transcrição para ver o que exatamente foi
672aprovado na Câmara, mas eu acho que o encaminhamento que está dando agora está
673correto, eu acho que não tem nenhum problema com a forma como estava, inclusive
674em acordo com o a Zilda também colocou. É só para poder confirmar aqui.

675

676

677**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Colocar em votação a
678extensão do Grupo de Trabalho e essa votação, reforçando mais uma vez, para
679estender o Grupo de Trabalho com o escopo no pedido da ANAMMA, em relação aos
680planos de gerenciamento. Inicialmente é só isso. Eu estou vendo do pessoal da Drywall
681ali ansioso. Então, inicialmente só para rever a questão dos planos de gerenciamento,
682só o pedido da ANAMMA. Está claro aos conselheiros? Desculpa-me a didática, mas é
683porque como nós temos todo esse problema com a transcrição, só para evitar que haja
684novamente. Começando a votação, do outro lado da ANAMMA Nacional: Celma,
685ANAMMA Nacional, eu sou a favor; Norma, Ministério das Cidades: bem favorável a
686prorrogação do prazo; Antônio, MOVER: Mourão, a favor; Gustavo, Alagoas: A favor;
687CNI: a favor; CNT: a favor; Ministério da Saúde: favorável; ABES: favorável; Minas:
688favorável; ANAMMA Centro-Oeste: também é favorável. (...) o Grupo de Trabalho de
689revisão de 307 com base no escopo proposto no ofício enviada pelo ANAMMA, em
690julho de 2008, e somente com base nisso até que haja decisão em contrário dessa
691Câmara. Agora, que é o problema. Nós passamos agora só para seguimento desse
692ponto, porque estava incluso nesse 2.2 a segunda parte da pauta, que é a inclusão da
693discussão, da reclassificação dos resíduos de gesso na Resolução CONAMA 307. Eu
694antes de abrir para qualquer apresentação, eu quero só saber se existe de fato um
695esclarecimento, a necessidade de um esclarecimento maior, uma vez que, esses
696documentos já foram feitos, já foram, eu não sei a palavra certa, mas a geração “Y”

46

697chama de “upados”, já foram disponibilizados no site do Ministério do Meio Ambiente, a
698discussão já foi até extenuante, eu quero saber dos conselheiros se existe a
699necessidade de um esclarecimento adicional sobre os motivos que levam o setor da
700Drywall a pedir a extensão a do escopo, a ampliação do escopo do Grupo de Trabalho
701para que seja revista também a reclassificação dos resíduos contendo gesso.

702

703

704**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
705**Gerais)** – Eu não acompanhei isso e realmente eu estou desinformado a respeito dessa
706motivação.

707

708

709**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Para efeitos de
710encaminhamento, vai haver somente a apresentação do setor para explicar o porquê
711que quer a revisão, não existe a necessidade aqui gente, de contradita se os
712conselheiros não concordarem votem de forma contrária. Até para que nós possamos
713ter uma discussão mais saudável e célere. Eu chamo o representante do Drywall. Vou
714pedir também que seja sucinto, uma vez que, seja direcionada somente ao porquê da
715ampliação sem defender mérito por gentileza.

716

717

718**A SR^a. ÂNGELA BARBARULO (Drywall)** – Eu agradeço até a oportunidade dada pelo
719Governo de Minas de fazer o esclarecimento sobre o porquê do nosso pleito. Até
720porque eu acho que ele tem tudo a ver com o trabalho dessa Câmara Técnica. Eu
721queria aproveitar a oportunidade, de distribuir para vocês conselheiros a cartilha que
722subsidiou o pedido de pleito pela Drywall, nós já apresentamos os porquês técnicos,
723específicos que estão dispostos nesta cartilha até para eu não me delongar a pedido
724até do próprio Presidente. Mas especificamente o pleito da Drywall é que o gesso foi
725classificado na Resolução CONAMA 307, como um resíduo onde não há tecnologia
726aplicável economicamente viável que permita a sua reciclagem e sua recuperação. A
727associação Drywall junto com outros conselhos de classe, desenvolveu há mais de 2
728anos essa cartilha, onde ela demonstra que não só é possível como o meio ambiente
729agradece, que haja a recuperação e a reciclagem do gesso. Não é um resíduo, onde
730não é economicamente viável de que se faça a reciclagem dele, muito pelo contrário.
731Então, do modo taxativo como o gesso foi incluído na Classe C, hoje o setor, seja, já foi
732questionado, inclusive há 2 meses atrás, pela Secretaria e Meio Ambiente do Estado do
733Paraná como... mas como vocês estão fazendo a reciclagem sendo que a Resolução
734do CONAMA não permite. Então, nós estamos na contramão do que o espírito da
735própria Resolução, eu entendo, porque foi criado para que houvesse o correto
736gerenciamento resíduos da construção civil. O pleito da Drywall é simplesmente para
737que seja retirado, isso já foi debatido no Grupo de Trabalho, nós fizemos o
738encaminhamento da forma correta, como deve ser feito através aqui da... Dentro da
739gestão correta do CONAMA. Nós fizemos o encaminhamento do Grupo de Trabalho,
740essa questão foi debatida no Grupo de Trabalho. Eu gostaria apenas de citar a última
741frase da ata de reunião do dia 18/11 do Grupo de Trabalho, onde todos os conselheiros
742que estavam presentes disseram: “diante do discutido entende-se que o gesso não
743seria enquadrado como Classe C e sim como Classe B, além disso, não se vê a

47

48

744princípio a manutenção da Classe C como classe.” O pleito da Drywall é simplesmente
745para que o meio ambiente, nós tenhamos um ganho na questão ambiental, para que
746nós possamos efetivamente na prática, fazer com que a reciclagem do gesso continue
747acontecendo, do jeito que a Resolução está posta, ela está indo contra a questão
748ambiental. É só isso. Então, esse encaminhamento foi dado pelo parecer do Ministério
749do Meio Ambiente que encaminhou a questão, tendo em vista que foi discutido no
750próprio GT e o que o Setor do Drywall não gostaria, é que essa questão voltasse a ser
751discutido no Grupo de Trabalho, porque nós perderíamos um prazo muito grande de
752uma coisa que já foi discutido no próprio Grupo de Trabalho, mas também o setor
753também entende outras questões que fazem necessárias serem em discutidos na
754Resolução como um todo, mas esse é o pleito do setor, não vou me delongar muito. Eu
755queria agradecer oportunidade, deixo a cartilha e da Drywall, está a disposição de todos
756para prestar qualquer tipo de esclarecimento, técnico. Eu conto aqui a presença do meu
757colega especializado, que ajudou na elaboração da cartilha em toda a pesquisa, para
758dar qualquer tipo de esclarecimento técnico para os conselheiros a respeito de como é,
759e pode ser feita a correta gestão de reciclagem desse gesso, nas diversas alternativas
760existentes se houver qualquer dúvida.

761

762

763**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
764**Gerais)** – Eu queria só um esclarecimento. Do ponto de vista prático, nesses quase 10
765anos que diferença faz ele estar na Classe C ou na B?

766

767

768**O SR. CARLOS ROBERTO DE LUCA (Drywall)** – Eu sou da Associação Drywall,
769portanto, do Setor do Gesso e do Drywall. O posicionamento na Classe C, aliás, ele
770está citado na Classe C como exemplo da Classe C e, aliás, na época da reunião foi
771perguntado que outro produto tem na Classe C, não tinha nenhum produto na Classe C
772e o gesso apareceu como sendo o exemplo da Classe C. Qual à designação da Classe
773C? Ela menciona que são produtos que não tenham forma de reciclagem conhecida ou
774reaproveitamento, quer dizer, não tem questão comercial também desse produto ou
775desse rejeito ou desse resíduo e, portanto, quer dizer, é quase como um produto que o
776material que não se conhece. É isso que diz o posicionamento.

777

778

779**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
780**Gerais)** – Eu quero saber do ponto de vista prático.

781

782

783**O SR. CARLOS ROBERTO DE LUCA (Drywall)** – Do ponto de vista prático nós
784através dessa cartilha que nós estamos apresentando aí, nós mostramos que primeiro
785o gesso é reciclável, ele é possível de reciclagem e tem aplicação na correção de solo e
786tem aplicação na própria reciclagem dentro do próprio sistema da fabricação, ele volta
787para fabricação. E é usado também no cimento, na produção do cimento, na fabricação
788do cimento, ele é um dos elementos.

789

790

791 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Só para esclarecer. O
792 problema prático. Do ponto de vista a questão é jurídica, eles podem ser, por exemplo,
793 acionados a apresentar uma destinação ambientalmente adequada ao gesso e a
794 Resolução em vigor não dá uma destinação ambientalmente adequada ao gesso. Eles
795 vão ter que armazenar isso em um local adequado, ele não pode destinar para aterro
796 sanitário, ele não é considerado para fins de reciclagem.

797

798

799 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
800 **Gerais)** – Isso que eu queria lembrar, ele fala que não pode ir para o aterro sanitário.
801 Não fala isso, a norma não fala isso não. Eu até entendo que do ponto de vista prático o
802 pessoal que está na Classe D, eles têm problema do ponto de vista prático, porque ele
803 é um resíduo que tem que ser tratado como resíduo de Classe 1. Então, isso dá um
804 diferencial de custos, de manejo, de disposição final. No meu entendimento o da Classe
805 C, não. Não há nada que impeça que C, ele possa até ter um erro conceitual dizendo
806 que ele não pode ser reciclado, a verdade é que tem dificuldades, mas enfim, ele pode
807 ser aplicado na agricultura, ele pode ser reutilizado. Em Minas nós temos vários
808 projetos, inclusive colocando em aterro sanitário, quer dizer, a norma não proíbe isso.
809 Ela não proíbe isso.

810

811

812 **A SR^a. ÂNGELA BARBARULO (Drywall)** – O art. 10º da Resolução diz que proíbe.

813

814

815 **A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – O art. 10º fala o seguinte: “os resíduos deverão ser
816 destinados das seguintes formas: Classe C, deverão ser armazenados, transportados e
817 destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.” Ele não fala que
818 não pode.

819

820

821 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
822 **Gerais)** – Não tem nenhuma norma técnica que impeça para aterro sanitário. Nós
823 estamos com um projeto de pesquisa para demonstrar a aceleração da decomposição
824 com o uso de gesso. Então, ele de repente vai ser um grande indutor. A norma não
825 proíbe por isso que eu quero saber do ponto de vista prático, por que essa polêmica.

826

827

828 **A SR^a. ÂNGELA BARBARULO (Drywall)** – Eu só queria esclarecer que do ponto de
829 vista prático nós já fomos questionados pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do
830 Paraná juridicamente a respeito da não possibilidade de reciclagem desse resíduo, nós
831 tentamos contribuir com a secretaria, no Grupo de Trabalho de Resíduos justamente
832 com esse trabalho que está sendo feito no Governo do Estado de Minas demonstrando
833 que há possibilidades, sim. Então, a questão é, o gesso foi classificado única e
834 taxativamente como resíduo, é claro que, do ponto de vista prático, nós que temos a
835 atenção e consegue ter um leitura mais acurada da legislação percebe que é possível
836 fazer a reciclagem pelo art. 10º. Mas ele está taxativamente sendo descrito como

837resíduo que não é economicamente possível de ser fazer reciclagem e o
838reaproveitamento sendo naquela prática é que nós estamos buscando.

839

840

841**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
842**Gerais)** – A minha leitura é completamente diferente, porque , na verdade, os resíduos
843da Classe A e B deverão ser obrigatoriamente, porque deverão é obrigação, ser
844reutilizados e reciclado. A Classe C foi criada, o que eu me lembro à época para o
845gesso, até por uma abertura porque realmente a questão da utilização, da reciclagem
846do gesso, não é tão dominada como os da classe A e B. Então, eu acho até que ele
847recebeu um destaque especial. Ele não proíbe que ele seja reciclado ao contrário eu
848acho que pelo menos no nosso entendimento é para a Classe C, deve ser incentivado,
849essa inclusive foi a nossa leitura no Órgão Ambiental do Estado, de como incentivar
850projetos de pesquisa para ampliar isso, porque o domínio não é tão extenso. Então, do
851ponto de vista prático, ele não obriga a reciclagem porque ela é mais limitada e não é
852amplamente difundida como dos outros, mas também não proíbe.

853

854**O SR. CARLOS ROBERTO DE LUCA (Drywall)** – É exatamente essa visão que seria
855para facilitar,ela à justamente na prática está contra porque como diz aqui: “resíduos
856para os quais não foram devolvidos tecnologias ou aplicações economicamente
857viáveis.” Então, para todos os efeitos, para o mercado é como se o gesso não pudesse
858ser reutilizado, não ser aplicado e economicamente não tem essa possibilidade.
859Exatamente fica contra, quer dizer, hoje no País nós somos vistos como um material
860que não tem reciclagem, que não pode ser comercializado, o resíduo não pode ser
861comercializado, e exatamente é o contrário, ele pode, é isso que nós apresentamos
862num cartilha e na nossa reivindicação.

863

864

865**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Por um momento, a
866CNI estava ali inscrita e aí José Cláudio, já retorno.

867

868

869**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – José Cláudio, infelizmente as
870pessoas que lidam com a questão ambiental, específico de resíduo, não têm o
871conhecimento técnico e o bom senso que você tem. Num País do tamanho do Brasil.
872Então, essa insegurança jurídica que aconteceu no Estado do Paraná, pode ser
873replicado em vários outros locais. Eu acho que seria mais correto, existe sim um erro
874técnico nessa Resolução, a definição de resíduo Classe C não cabe ao gesso, de forma
875alguma. Pode até não impedir, mas ela dificulta e pode criar um embolho jurídico e se
876abrir, se pensando em abrir uma discussão da 307 ou uma revisão, nós temos a
877oportunidade de corrigir uma questão, que no meu ponto de vista técnico está errado
878nessa Resolução. Então, o intuito é este, embora não impeça a fragilidade jurídica
879existe e, já houve questionamento prático em relação a isso. E, na verdade, o que nós
880estávamos pedindo é que nós fizemos uma árdua discussão junto ao Grupo Técnico
881de Trabalho sobre a questão do gesso e foi unânime, não houve nenhum
882questionamento em relação a realmente a necessidade de haver essa modificação,
883essa reclassificação, isso foi o que aconteceu e basicamente nós podemos voltar ao

884 tema e discutir novamente dentro do Grupo de Técnico Trabalho, mas já com
885 pensamento de que todos os agentes que participaram da reunião estão relativamente
886 bem esclarecidos sobre este tema, não haveria grandes dificuldades em fazer essa a
887 proposta de modificação. É a nossa visão, é a visão da CNI em relação a esse tema e
888 eu acho que quanto menos problemas jurídicos que nós pudermos ter dentro da
889 Resolução é melhor, porque infelizmente Resolução não vem com manual de
890 aplicação. O Estado de Minas aplica bem, mas tem outros locais que não aplicam.

891

892

893 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
894 **Gerais)** – Eu só queria esclarecer que eu vejo ao contrário. Se o gesso estivesse na A
895 e B, aí sim, nós no Estado de Minas e acho que nos outros estados, teríamos um
896 grande problema, porque nós não temos isso oferecido de uma maneira, vamos dizer,
897 tão abrangente como para os outros resíduos, por exemplo, que estão na Classe A tem.
898 Eu estou diz no gesso a UFMG está com uma pesquisa, nós da FEAM também
899 estamos com outra pesquisa. Quer dizer são coisas que nós estamos ainda em fase de
900 pesquisa. Se a construção civil perguntar para o órgão ambiental: Ah! Puxa vida deu
901 para cumprir a norma? Ele tem que ser reciclado, para onde vai este reciclado, eu vou
902 falar, não tem. Aí é que vai me dar problema, porque não tenho em Minas Gerais, pelo
903 menos do meu conhecimento. Eu tenho projetos de pesquisa para utilização disso, mas
904 em larga escala. Então, é que isso pode trazer um problema no cumprimento da norma.
905 Agora, se eu tenho pequenos projetos, se eu tenho uma capacidade de pequenos
906 projetos para absorver isso, eu estou entendendo que norma não proíbe. Nós temos
907 que lembrar, que norma é de 2002 e aquela época, pelo menos o pessoal da área, foi
908 dito o gesso ainda não tem, vamos dizer, a reciclagem em escala comercial para se
909 obrigar a fazer essa reciclagem.

910

911

912 **SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Só para efeito de
913 esclarecimento. Tem uma unidade de reciclagem em Minas, lá em Contagem, só que,
914 mais que isso pelo o que eu vi, existe o motivo para discussão. Então, talvez seja
915 interessante nós fazermos essa discussão no Grupo de Trabalho. Pelo que eu sinto,
916 existe um motivo ainda para discussão. Existe controvérsia e penso o que fórum ideal,
917 é o Grupo de Trabalho. Certo, José Cláudio?

918

919

920 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
921 **Gerais)** – Eu só quero deixar claro que, eu não estou dizendo que não exista, eu estou
922 falando em escala. Nós temos o mesmo problema com o isopor, existe tecnologia,
923 existe empresa que faça, mas não existe isso em escala para absorver os resíduos
924 gerados e o obrigá-los, nos cria uma obrigação.

925

926

927 **SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Eu acho que você já
928 fez esclarecimentos suficiente e qualquer outro esclarecimento vai dado no para o
929 campo Técnica. Vamos jogar para a Câmara Técnica para fazer a votação, se amplia
930 ou não o escopo do Grupo de Trabalho, porque agora nós entramos mais na questão

61

931técnica e não só na questão técnica e, inclusive em como isso vai afetar os entes
932federados e quem tem representação nessa Câmara. Então, eu vou colocar em votação
933começando pelo ANAMMA Nacional, o objeto de votação é a ampliação do escopo para
934a discussão de uma reclassificação dos resíduos de gesso. ANAMMA Nacional: a favor;
935MOVER, Luis Mourão: a favor; Alagoas: a favor; CNI: a favor; CNT: a favor; Ministério
936da Saúde: favorável; Minas: favorável;

937

938

939**A SR^a. NORMA LÚCIA DE CARVALHO (Ministério das Cidades)** – Eu sou favorável,
940mas por tudo que foi dito aqui de repente basta acrescentar na Classe C e poderão ser
941reciclados. Eu acho que isso gera toda uma discussão no Grupo de Trabalho.

942

943

944**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Mas se partir do
945entendimento que a Câmara Técnica pode resolver isso, ela pode resolver tudo e nós
946vamos dar asa a que todas as discussões se faça aqui. Eu já vou começar fazendo o
947meu pleito que é a acabar com o Grupo de Resíduo e pegar só a Resolução de Minas e
948votar, que é a melhor que tem. Então, não é o caminho isso. ANAMMA Centro-Oeste,
949também é favorável. Fica aprovado a ampliação do escopo do Grupo de Trabalho de
950Revisão da 307, de forma a apreciar na execução dos seus trabalhos. Só para constar
951a ABES é favorável. Então, fica o Grupo de Trabalho com escopo ampliado de forma
952que na execução dos seus trabalhos seja apreciado também a reclassificação dos
953resíduos contendo gesso.

954

955

956**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Eu não acho que não é a reclassificação não. É a mudança da redação no
957Grupo C.

959

960

961**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Mudança na redação
962da Classe C. O que pode até vir uma reclassificação...

963

964

965**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Eu acho que o pessoal do gesso deve se sentir homenageado de ter uma
966classe só para eles. Eu acho que com uma boa redação, acho que vai ser melhor do
967que obrigar.

969

970

971**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu discordo o Conselheiro José
972Cláudio, acho que tem que ser reclassificado e acho que esse assunto deve ser
973discutido. Tem outros argumentos. Exatamente não quero levar essa discussão aqui.

974

975

976**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Se nós falarmos
977agora que o escopo é a reclassificação ou reinscrever, nós fazemos uma possível

62

63

978votação. Lembrando que é à mesma coisa, ou seja, vai ser discutido o conteúdo da
979Classe C na classificação dos resíduos da Resolução 307, o que pode eventualmente
980incluir a eventual reclassificação de algum resíduo ou não. No caso os de gesso. Agora,
981passar para o 3º ponto de pauta, que era o ponto de pauta 2.1, que é a proposta de
982reclassificação do amianto na Resolução CONAMA 307/2002. Eu quero só pedir um
983esclarecimento aqui, porque até onde eu sei isso aqui é um pedido para que seja
984discutido no Grupo de Trabalho. Isso aqui não é outro processo, mas é pedir para
985reclassificar aqui.

986

987

988**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Exatamente. Bom, nós entendemos
989a confusão que aconteceu. O que aconteceu inicialmente, pelo menos a leitura que
990fazemos, é que tínhamos pedido um escopo de revisão ampla da 307, José Cláudio, e
991nesse intuito teve a primeira reunião do Grupo Técnico de Trabalho e lá foi discutido
992vários temas, entrou o gesso, e foi deliberado sobre a questão do gesso e foi colocado
993também que qualquer outra discussão dentro da revisão da 307 os setores
994interessados deveriam formalizar ao CONAMA o seu interesse. O coordenador estava
995presente e você lembra bem disso.

996

997

998**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Só para esclarecer
999mais, Wanderley, porque o José Cláudio não estava acompanhando. Tinha outro
1000pedido também de reclassificação da madeira tratada, mas o setor não se pronunciou
1001mais a posteriori. Então, só para esclarecer o porquê desses pedidos serem levados a
1002apreciação da Câmara.

1003

1004

1005**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós estamos entendendo agora
1006que o Ministério entendeu já que o escopo inicial, no entendimento do Ministério, era
1007apenas a questão dos Planos de Gestão Municipais de Resíduos da Construção Civil,
1008eles abriram um novo processo, mas a carta que enviamos estava mais focada dentro
1009do entendimento que se havia naquela ocasião da reunião do primeiro Grupo de
1010Trabalho, de que esse assunto está dentro da 307, portanto, a redação da carta está
1011nesse sentido. Podemos até não reclassificar o resíduo do amianto, mas que tem que
1012ser discutida a questão por que nós estamos encaminhando isso? Deixar bem claro,
1013porque temos novas informações técnicas e científicas a respeito do tema, nós temos
1014essas informações e queremos debatê-la, apenas isso. Exatamente, por isso que no
1015nosso entendimento a discussão do amianto deve se dar dentro também da discussão
1016da 307. Apenas isso.

1017

1018

1019**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Só para esclarecer
1020aqui mais uma vez o Conselheiro José Cláudio e qualquer outro que, porventura, não
1021estivesse presente. O pedido da CNI representando o setor da crisotila, é de que
1022tenham novas informações. Houve um parecer contrário da Assessoria Técnica do
1023Ministério do Meio Ambiente. O Ministério da Saúde pediu voto e apresentou um amplo
1024parecer contrário que seja discutido isso. Por outro lado a CNI reforçou o seu parecer

1025sobre o pedido de vistas, de que é necessária uma discussão, porque eles têm
1026informações técnicas novas a serem apresentadas no âmbito do Grupo de Trabalho.
1027Basicamente foi aí que se deu a discussão.

1028

1029

1030**SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
1031**Gerais)** – Eu quero um pedido de esclarecimento. Entendo perfeitamente, mas isso
1032tudo não está no item 2.1? Quer dizer, toda a discussão do amianto eu estou
1033entendendo que é mais antiga, é mais polêmica e está se dando até em separado pela
1034importância dela. Então, não tem o menor sentido eu trazê-la de volta, nós já votamos
1035aqui que a questão era original revisão dos Planos de Gerenciamento, isso já foi
1036confirmado, foi dado mais 6 meses. Agora, acabamos de aprovar que vamos discutir a
1037questão do gesso com ou sem reclassificação ou como mudança da redação da Classe
1038C. Agora, a do amianto eu não vejo o porquê, porque ele está no processo 2.1, que até
1039pela ordem deveria ter sido o primeiro, não vejo por que voltar com ele para um grupo
1040para o qual não foi criado, ele tem um grupo específico para ele, ele teve um Grupo de
1041Trabalho específico para ele. Se tem, “puxa vida”, se tem novos conhecimentos de
1042ontem, de semana passada, porque até de 15 dias atrás estão nas propostas e mesmo
1043se for uma coisa super nova vamos discutir aqui hoje.

1044

1045

1046**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Só para esclarecer. O
1047pedido, na verdade, não foi um processo novo. O pedido foi dentro do Grupo de
1048Trabalho e foi encaminhado dentro do Grupo de Trabalho que estava revendo, então, a
1049307. Por uma decisão administrativa que já foi explicada e o Nilo vai até explicar
1050novamente, abriram um novo processo, mas não se trata necessariamente de um novo
1051processo, esse pedido tinha sido feito anexado àquele Grupo de Trabalho. Só para
1052esclarecer. Esse processo foi aberto agora e de forma que eu considero equivocada,
1053esse processo foi aberto agora. Esse 2.1, o 2010-91, esse que está sendo discutido, ele
1054foi criado de forma equivocada, porque o requerimento se deu no corpo do Grupo de
1055Trabalho, só que criaram outro processo, mas que não deveriam ter criado.

1056

1057

1058**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – É o seguinte: esse processo foi
1059criado em separado, Wanderley, até recebemos ontem uma mensagem da Dr^a. Greice
1060da CNI, em função de que a Secretaria Executiva do Ministério entendeu que seria
1061exatamente melhor avaliar em separado, mesmo que o endereço fosse eventualmente
1062aprovado pela Câmara Técnica, o mesmo Grupo de Trabalho de Revisão da 307.
1063Basicamente que eu entendo, a Zilda pode ajudar a esclarecer, entendo duas razões aí.
1064A primeira é que essa matéria está voltando novamente a discussão da Câmara
1065Técnica, já foi discutida em 2007, a Câmara Técnica, na época, não viu razões técnicas
1066para se rever a classificação da amianto na 307, que a rigor está na 348, que é uma
1067Resolução que alterou a 307 e exatamente porque era um assunto requeitado. Então,
1068diferente de gesso, diferente de madeira que vinha sendo discutido e tratado junto ao
1069processo do Grupo de Trabalho, é que se entendeu melhor separá-lo, inclusive porque
1070envolve outra Resolução, que é a 348, se a Câmara Técnica entender que a revisão da
1071307 deve incorporar também à discussão sobre amianto, não é necessariamente a

1072reclassificação, mas a discussão com os novos dados técnicos, pode ser endereçado a
1073esse Grupo de Trabalho, não é porque está em outro processo que não pode vir para
1074esse Grupo de Trabalho, já existe o grupo, o assunto está dentro, estaria dentro e
1075poderia está, não precisa ser criado um grupo em separado. A separação do processo,
1076é porque a Secretaria Executiva do Ministério entendeu que como é um tema que já
1077vem sendo tratado, inclusive foi discutido no CIPAM. Eu acho que o Thiago deve se
1078lembrar e o próprio Dr. Clarismino participou dessa reunião do CIPAM, onde a Câmara
1079Técnica levou a decisão que tinha na época de não rediscutir à matéria, o CIPAM
1080referendou essa decisão também de não reabrir essa discussão, por tudo isso é que a
1081Secretaria Executiva entendeu melhor discutir isso em um processo separado. Agora, a
1082conclusão pode ser, se for favorável, encaminhar ao mesmo Grupo de Trabalho e não
1083há problema nenhum.

1084

1085

1086**A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – Desculpe, eu sair da sala por um momento. O José
1087Cláudio fez uma pergunta e para mim não ficou claro. Nós estamos discutindo o 2.1 ou
10882.2?

1089

1090

1091**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – 2.1, o 2.2 já foi
1092vencido.

1093

1094

1095**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Bom, na verdade, essa
1096questão o José Cláudio tem muito motivo de levantar esse problema, porque realmente
1097esse problema está inserido dentro de um contexto maior do CONAMA, onde se há
1098pretexto de se fazer revisões em determinados assuntos, que são polêmicos, que têm
1099interpretações variadas, nós temos usado os Grupos de Trabalho para meter a mão em
1100alguns assuntos que são extremamente difíceis e aproveitar uma oportunidade para
1101fazer uma coisa e levar o problema adiante. Essa é uma questão que está sendo
1102enfrentada, inclusive na própria proposta do Regimento do CONAMA, onde vai haver,
1103inclusive o parecer de admissibilidade do escopo dos Grupos de Trabalho, das
1104Resoluções que estão sendo criadas, porque senão ficamos com isso, toda coisa que
1105não concordamos, independente de quem seja, eu reabro uma discussão no Grupo de
1106Trabalho e jogo esse assunto de volta para o Plenário, que é um pouco do que está
1107acontecendo nesse grupo. Na verdade, nós sabemos o problema do amianto é
1108extremamente delicado, sensível, existem tendências para que isso caminhe no sentido
1109contrário, sentido dessa proposição de que o amianto seja definitivamente até banido.
1110Existem construções, no sentido ao contrário, de aproveitamento econômico, de
1111rendimento, essas posições são defensáveis por alguns grupos, é possível, mas não
1112entendo que possamos dentro de uma Câmara Técnica e dentro de um Grupo de
1113Trabalho estar fazendo de 2 em 2 meses ou de 3 em 3 meses, não é o caso, mas de 2
1114em 2 anos refazendo e retocando o assunto que já foi discutido, que já foi deliberado e
1115que já foi rebatido, mas estamos tentando mais uma vez forçar a barra no meu
1116entendimento. Mas a Câmara Técnica é soberana para decidir sobre o assunto.
1117Obrigado.

1118

1119

1120 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Então, uma vez que a
1121 Câmara Técnica é soberana para decidir sobre o assunto, nós vamos ouvir a Norma
1122 para depois a Câmara Técnica decidir sobre o assunto.

1123

1124

1125 **A SR^a. NORMA LÚCIA DE CARVALHO (Ministério das Cidades)** – O que está em
1126 discussão é se o tema amianto volta a ser discutido ou não volta a ser discutido no
1127 Grupo de Trabalho. Agora, nós tivemos um pedido de vista e 2 pareceres, um parecer
1128 entrou no mérito da questão, que é o da saúde. O outro parecer na prática não chegou
1129 a ser um parecer, é só uma proposta de espaço para que o assunto seja trazido para a
1130 Câmara e isso foi negado. Então, nós temos um parecer que entrou no mérito e outro
1131 que tentou uma alternativa que não foi viável, então, nós não temos o mérito da visão
1132 do lado oposto. Agora, a minha questão é: existe fato novo que justifique dar espaço
1133 para que haja rediscussão desse assunto? Parece-me que não. Eu me sinto um pouco
1134 desconfortável, porque nós temos um parecer que discutiu o mérito e o outro lado não
1135 teve a oportunidade de se manifestar. Agora, existe fato novo... Talvez ingenuamente o
1136 outro lado tentou uma alternativa que não foi acatada, não houve espaço para essa
1137 apresentação ocorrer aqui. Então, a posição não foi mostrada. Então, me resta a dúvida
1138 se há fato novo que justifique rediscutir o assunto, não havendo eu acho que não há o
1139 que...

1140

1141

1142 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom, a nossa visão é um pouco
1143 diferente dessa questão, sabe Norma, porque nós poderíamos ter apresentado
1144 extensos estudos técnicos muito maiores e mais ricos que o próprio Ministério da
1145 Saúde apresentou, só que é uma questão que achamos que debater isso na Câmara
1146 não é uma tarefa simples, nós sabemos que o assunto é difícil e na última oportunidade
1147 que esse assunto foi debatido, ele foi na nossa visão mal debatido, porque não foi dado
1148 espaço para o setor se manifestar dentro do que poderia fazer ou dentro dos estudos
1149 que ele desenvolveu e pelo que eu sei houve uma votação, eu não estava presente na
1150 Câmara Técnica, um outro colega da CNI, o Alexandre Melo, e que essa votação
1151 simplesmente não deu espaço para o setor se manifestar e achamos que esse assunto
1152 é muito importante para o País, para o setor não, porque quem lê a 348 e pensa na
1153 aplicabilidade dela vai chegar a uma conclusão, que não é boa para o País, não é para
1154 o setor, que a discussão do amianto se dar no STF, está no Supremo, banindo ou não
1155 banindo, nós vamos ter um problema sério em relação a classificação do
1156 cimentamento. Na nossa visão o cimentamento, como outros países, tratam de maneira
1157 diferente, é tratado de maneira diferente.

1158

1159

1160 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Wanderley, eu não
1161 quero cortar, mas agora se formos entrar para a apresentação técnica... Então, vamos
1162 definir o seguinte: se existe... Wanderley, você está fazendo uma apresentação técnica.
1163 Vamos fazer o seguinte, por questão de ordem, nós vamos se vai para o Grupo de
1164 Trabalho ou não, se não for voltar para o Grupo de Trabalho, se a Câmara decidir que
1165 tem que ser apresentado aqui, aí nós abrimos, porque o Ministério da Saúde já tem

1166uma apresentação pronta, um parecer muito substanciado, muito interessante, tem o
1167parecer da Assessoria Técnica do Ministério do Meio Ambiente e tem a apresentação
1168de vocês. Então, vamos abrir primeiro a votação para saber se vai para o Grupo de
1169Trabalho ou não. Dessa vez não, Zilda, só para colocarmos é sobre a questão do
1170Grupo de Trabalho ou a defesa técnica? E por isso que eu interrompi Zilda, e foi
1171exatamente por isso que eu interrompi a discussão. Olha só, por questão de ordem, eu
1172quero só pedir uma coisa, os Conselheiros não estão causando essa confusão e espero
1173que aqueles que estão aqui para assistir ou contribuir não façam. Então, por favor, eu
1174vou encaminhar agora a votação.

1175

1176

1177**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Thiago, questão de
1178ordem. Quando nós vamos votar alguma coisa existe um período de discussão anterior,
1179que esse é exatamente o período que está acontecendo para que possamos esclarecer
1180os Conselheiros daquilo que está acontecendo. Então, a Norma levantou uma coisa, o
1181Wanderley levantou uma contraproposta, eu acho que nós temos que ouvir a posição
1182das pessoas mesmo que seja com tempo limitado para facilitar a condução, mas tem
1183que haver um princípio democrático e para votar alguma coisa tem que se discutir
1184alguma coisa. Então, se discute a questão por um tempo que você achar ou que seja
1185razoável e depois se coloca em votação.

1186

1187

1188**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Então, vamos fazer o
1189seguinte: a posição da CNI é que seja discutido no Grupo de Trabalho. Então, vamos
1190dar 3 minutos para a CNI defender o ponto de vista de que deve ser discutido no Grupo
1191de Trabalho e 3 minutos para quem tiver interesse em defender uma posição contrária,
1192não sei se seria o Ministério da Saúde, se seria a Zilda ou se seria a MOVER, se seria o
1193Ministério das Cidades ou Minas. Então, como o procedimento é de que alguém faz
1194uma proposta e essa proposta pode ser rebatida, eu vou pedir para que a CNI faça
1195antes e não tem direito a replica.

1196

1197

1198**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Basicamente eu vou pedir o
1199representante do setor que esteve na última reunião que ele faça, porque ninguém
1200melhor do que ele para dizer a importância dessa revisão, dessa discussão no Grupo
1201Técnico de Trabalho, porque a discussão é longa e não é simples.

1202

1203

1204**O SR. RUI INOCÊNCIO (CRISOTILA)** – Bom dia à todos. Para levar essa discussão ao
1205Grupo de Trabalho, nós temos 3 pontos importantes a colocar: o primeiro deles é
1206apresentar de uma forma clara e contundente o que não foi apresentado na discussão
1207anterior, que é a questão do volume de material de fibrocimento que é comercializado
1208anualmente no Brasil e o consequente volume de resíduos que são gerados a partir
1209desse material. Quando olhamos para a Resolução 307 que coloca para os resíduos
1210classe D a destinação conforme normas técnicas em vigor e que não existem essas
1211normas técnicas específicas, qualquer operadora ambiental acaba orientando o gerador
1212de resíduos para que esses resíduos sejam destinados a aterros classe 1. Quando nós

1213começamos a perceber que temos uma geração de resíduos da ordem de dezenas, de
1214milhares de toneladas anuais, em todos os lugares do país, distantes muito deles mais
1215de mil quilômetros de qualquer aterro com essa classificação, nós começamos a ter um
1216problema de logística, que é totalmente incompatível com o perfil do gerador de
1217resíduos. Esse é um ponto. Segundo ponto, na última reunião que nós discutimos em
12182007, quando o nosso setor foi apresentar um trabalho que apresentava a geração de
1219poeiras contendo amianto a partir do manejo de resíduos, o coordenador da reunião
1220naquela ocasião deu 3 minutos para apresentação de um trabalho dessa grandeza. Foi
1221pedido que fosse apresentado em uma próxima reunião com mais tempo e acabou
1222surpreendentemente havendo uma votação em seguida sem que a nossa manifestação
1223fosse feita dentro do CONAMA, isso inclusive foi motivo de representação
1224administrativa encaminhada a CIPAM. Terceiro ponto, está sendo concluído no Brasil
1225nesse momento uma grande pesquisa que pesquisou residências cobertas com
1226fibrocimento contendo amiantos, sem forro pessoas que morem há mais de 15 anos
1227nessas residências, visando determinar quais seriam os agravos à saúde dessas
1228pessoas decorrentes da convivência com esse produto. Essa pesquisa está em fase de
1229conclusão e ela vai trazer informações a respeito de qual é o agravo que se tem quando
1230estamos falando no nível de exposição ambiental, que são valores da ordem 20 mil
1231vezes menos do que o limite de exposição estabelecido na legislação brasileira. Então,
1232eu encerro colocando que um dos trabalhos que nós gostaríamos de apresentar é
1233aquele que foi dado 3 minutos para impossíveis de apresentar e que apresenta e que
1234comprova o que o nível de emissão de fibras de amianto a partir de um manejo de
1235resíduo está na ordem de 20 mil vezes menos do que a legislação brasileira estabelece
1236como limite de exposição ocupacional. Obrigado.

1237

1238**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Rui, eu só quero
1239lembrar o seguinte, se a discussão não for..., eu estava até conversando com o Adriano
1240que está aqui e pode orientar, mas o pedido é que seja proposta de reclassificação, se
1241não for para o Grupo de Trabalho essa discussão vai se dar aqui, não sei se o setor
1242tem alguma apresentação pronta ou se o Ministério da Saúde tem alguma
1243apresentação pronta em relação a isso. Então, se quiserem tudo bem, mas eu ainda
1244considero que é mais prudente nós encaminharmos para o Grupo de Trabalho do que
1245decidir isso aqui na Câmara Técnica. É uma decisão muito seria. Vou passar para o
1246Ministério da Saúde por 3 minutos e meio também.

1247

1248

1249**A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – A discussão eu acho que não é bem essa,
1250Thiago, se vai para o Grupo de Trabalho ou não vai para o Grupo de Trabalho. O que
1251estamos defendendo aqui é que isso não tem que ser rediscutido, tendo sido discutido
1252em 2007, para não perdermos o foco do que está sendo colocado. Eu acho
1253absolutamente louvável e temos que pesquisar sempre, isso não pode acabar nunca.
1254Agora, nós apresentamos argumentos concretos, públicos, transparentes e esses tais
1255desses estudos nunca que aparece, como que vou contestar se isso é 20 mil vezes
1256menores, se não tenho esses dados e é muito difícil de discutirmos isso no vazio, não é
1257simplesmente apresentar esses dados para que possamos aqui discutir se o amianto
1258vai ser reclassificado, sinto muito, mas nós estamos em um processo de país discutindo
1259o banimento. Então, não é simplesmente isso aqui, vamos manter em um grupo

1260discutindo, o amianto é muito maior do que isso. Eu acho que é isso que tem que ficar
1261claro aqui. O nosso parecer é claro, está colocado, é público, então, não vou discutir
1262tecnicamente se existe o nexo causal ou não, porque o Ministério da Saúde ainda
1263trabalha com o nexo causal e há muitos anos eu trabalho com risco adicional à saúde.
1264Então, se tem um risco adicional, eu não vou discutir se 15 anos de pessoas, cadê a
1265base desse estudo? Deixe-me ver esse estudo se realmente pode ser referendado,
1266como é o estilo de vida dessas pessoas, elas ficam expostas por quanto? Isso não está
1267colocado. Então, eu preciso de dados concretos que me convençam do contrário e que
1268hoje eu estou apresentando dados concretos que o amianto, sim, causa problema.
1269Então, não é se isso vai ser discutido aqui na Câmara Técnica ou no Grupo de
1270Trabalho. O nosso posicionamento é que isso não deve ser rediscutido, há 3 anos foi
1271discutido, em 3 anos não tenho novos estudos que me convençam do contrário, o que
1272está sendo discutido é o banimento do amianto em nível nacional. Então, não é
1273simplesmente uma questão se vai ser reclassificado quando estou discutindo o
1274banimento, eu acho que estamos tendo um contrassenso e um dissenso forte disso. A
1275posição do Ministério da Saúde é clara, a posição do Ministério do Meio Ambiente é
1276clara, nós lançamos duas portarias no final do ano passado e esse ano colocando essa
1277questão do amianto muito claro de qual é o nosso posicionamento. Eu acho que para
1278nós nos posicionarmos ao contrário não é simplesmente vir fazer uma apresentação
1279aqui, vamos tornar público os estudos que nos convençam do contrário disso, se esses
1280estudos não são públicos, sinto muito, mas é difícil de ficarmos discutindo dessa forma,
1281não é questão de 3 minutos ou 5 minutos ou 2 horas, à questão é preciso desses
1282estudos para avaliar com mais clareza, não é uma apresentação que vai me convencer
1283do contrário que o amianto agora é joia que vamos voltar utilizar ou mudar a nossa
1284opinião, eu preciso realmente sentar e ler tecnicamente com especialistas para ver se
1285mudo a minha opinião ou não. Hoje a minha opinião, como Ministério da Saúde, está
1286colocada muito claramente no parecer.

1287

1288

1289**A SR^a. NORMA LÚCIA DE CARVALHO (Ministério das Cidades)** – É uma dúvida que
1290eu gostaria de esclarecer, independentemente do banimento ou não do amianto o
1291resíduo existe e mesmo se ele for banido o resíduo vai continuar a existir por muito
1292tempo. Tem um agravante aí que esse resíduo hoje pode ser o Crisotila e pode ser o
1293anfíbio, dependendo da idade das telhas pode haver dos 2. Então, eu acho que não
1294devemos misturar as conversas se ele vai ser banido ou não, nós temos que pensar no
1295resíduo. Só isso que eu queria esclarecer.

1296

1297

1298**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Conselheiros,
1299independente se tem, como disse na discussão, o banimento ou não, foi feito um
1300pedido a essa Câmara e essa Câmara vai apreciar o pedido. Então, eu vou colocar em
1301votação agora o pedido de ampliação do escopo do Grupo de Trabalho de revisão da
1302Resolução 307, lembrando que tecnicamente a mudança por mais que tenha sido feita
1303pela Resolução 348, ela incide sobre outro diploma legal, que é à Resolução 307,
1304tecnicamente por técnicas jurídicas não costumamos dizer que existe uma Resolução
1305que modifica, quando modifica outra lei você já incorpora na outra lei. Então, a 307
1306contém essa questão de classificação e existe o pedido aqui de revisão disso. Eu vou

1307para votação de ampliação do escopo do Grupo de Trabalho para que também seja
1308analisado o pedido do Instituto Crisotila para reclassificação do amianto na Resolução
1309CONAMA. Eu acho até um erro, porque não é classificação do amianto, é de resíduos
1310de amianto na Resolução 307, começando pelo lado contrário da Mesa, ANAMMA
1311Nacional.

1312

1313

1314**A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (ANAMMA)** – A ANAMMA Nacional é a favor
1315dessa ampliação em função de que como o setor já apresentou que existem novos
1316estudos e que, então, seja revisto já que não houve outra chance.

1317

1318

1319**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Eu sou contrário.

1320

1321

1322**O SR. GUSTAVO SILVA DE CARVALHO (Governo do Estado de Alagoas)** – De
1323certa forma nos sentimos muito desconfortáveis, assim como a Norma citou, pelo fato
1324de que o posicionamento do Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente,
1325como a própria Zilda falou, está bem claro e o que está sendo posto aqui, pelo que
1326estou percebendo, é a oportunidade mais ampla do setor em apresentar esses
1327elementos que não temos o que discutir, a Daniela deixou bem claro, não há o que
1328discutir, porque segundo o que a Daniela falou não tem como contestar. Então, para
1329que pudéssemos ter uma definição no meu entendimento em relação a minha opinião,
1330eu acho que nós devemos ouvir sim o Grupo de Trabalho para que possamos ampliar
1331essa discussão e possa ter uma definição a posteriori.

1332

1333**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – É favorável a
1334ampliação. CNI: favorável. CNT: favorável. Ministério da Saúde: contrário. ABES.

1335

1336

1337**O SR. ANTÔNIO CARLOS GERARDI (ABES)** – Um esclarecimento. De ampliação do
1338escopo para ouvir as partes sem a decisão do mérito.

1339

1340

1341**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – A decisão do mérito
1342só é feita na Câmara Técnica. A ABES é favorável ou não? Favorável. Minas.

1343

1344

1345**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas
1346Gerais)** – Eu sou contrário e quero fazer uma declaração de voto. Eu trabalhei mais de
13472 anos e o Wanderley também na revisão da Norma 10004 da ABNT, que classifica
1348resíduos, em função disso foi modificado na Resolução CONAMA. Eu acho que é
1349completamente absurdo voltar a discutir isso sem discutir isso na Norma da ABNT,
1350acho que é uma contradição enorme, acho que nós vamos estar perdendo tempo.
1351Então, eu sou contrário, serei sempre contrário. A Daniela colocou isso muito bem, o
1352parecer do Ministério da saúde é contundente e o setor não tem estudos que
1353comprovem ou que contestem isso e acho o seguinte: que nós estamos caminhando

1354 para uma radicalização que vai até levar muito de nós, como é o meu caso, que não era
1355 a favor do banimento do amianto no País.

1356

1357

1358 **A SR^a. NORMA LÚCIA DE CARVALHO (Ministério das Cidades)** – Eu só ratifico a
1359 questão de que banido ou não o resíduo vai estar aí. E com base nisso, eu me sinto
1360 desconfortável, porque nós tivemos um parecer de mérito de um lado e do outro não
1361 teve. Por outro lado, poderia ter tido e o outro lado fez uma opção que não foi à devida.
1362 Agora, me parece e chamou muita atenção, a observação da saúde de que esse estudo
1363 ou novos estudos teriam que ser previamente públicos para que a partir daí fatos novos
1364 surgissem para motivar essa discussão. Então, a minha posição é que caso esses
1365 estudos sejam disponibilizados e que surjam efetivamente fatos novos, que essa
1366 discussão ocorra futuramente, mas acho que é inoportuna, agora é prematura, tendo
1367 em vista a inexistência de fatos novos até, então.

1368

1369

1370 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Então, contrário à
1371 abertura da discussão?

1372

1373

1374 **A SR^a. NORMA LÚCIA DE CARVALHO (Ministério das Cidades)** – Nesse momento
1375 sim.

1376

1377

1378 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Então, a ANAMMA
1379 Centro-Oeste se abstém. Por 5 a 4 fica aprovada a ampliação do escopo do Grupo de
1380 Trabalho. Fica aprovada a ampliação do escopo do Grupo de Trabalho para que seja
1381 também discutida a classificação dos resíduos contendo amianto e que fique claro não
1382 é do amianto, é dos resíduos contendo amianto, até porque essa é uma Câmara de
1383 Gestão de Resíduos e não de commodities exatamente. Então, passamos agora para o
1384 item 2.3, que é a regulamentação da movimentação interestadual de resíduos
1385 perigosos. Eu quero fazer um esclarecimento. A Zilda está acompanhando essa
1386 discussão já há muito tempo, é uma das responsáveis e foi quem norteou os caminhos
1387 nessa discussão aqui na Câmara Técnica e o que aconteceu foi o seguinte: a proposta
1388 de Resolução foi devolvida pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos por uma série
1389 de inconsistências até muito pertinentes, José Cláudio, geralmente a CTAJ mexe em
1390 coisa que não deve, mas dessa vez eles não mexeram, eles retornaram a nós, o que é
1391 um avanço na comunicação entre Câmaras, mas eu vou passar para a Zilda fazer o
1392 esclarecimento e depois que você fazer o esclarecimento quero encaminhar a proposta
1393 de uma criação de uma “*Grupo ad hoc*” para sistematizar uma nova proposta.

1394

1395

1396 **A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – O Tiago já falou em parte o que eu gostaria de falar.
1397 Eu fui apresentar essa proposta depois de aprovada na reunião aqui da Câmara
1398 Técnica. Em 20 de abril eu fiz a apresentação na CTAJ e foi feita uma discussão
1399 extremamente profícua naquela reunião. A discussão que foi feita levantou assuntos,
1400 não levantou assuntos de mérito, levantou assuntos legais e a única coisa que eu

1401solicitei aos Conselheiros que fazem parte da CTAJ é que eu não fosse a porta-voz
1402desse assunto sozinha, que eles deixassem clara a opinião deles e acho que dessa vez
1403eles fizeram isso de maneira clara. Existem algumas inconsistências e em alguns
1404momentos nos passou batido depois da aprovação nessa Câmara Técnica feita em
1405fevereiro deste ano. Foi em fevereiro deste ano, Adriano? Em fevereiro desse ano. Em
1406alguns locais nós falamos de fornecimento de informações e em outros locais fala
1407relativamente à licença. Então, tem alguns pontos que realmente nós precisaríamos
1408ver. Mas eu conversando com algumas pessoas, perdão, deixe-me ater primeiro que
1409ele foi tratado e depois volto a um comentário técnico e pessoal que tenha a respeito
1410desse assunto. Então, basicamente existe em alguns momentos uma contrariedade em
1411relação ao licenciamento ambiental, se as informações sobre a movimentação vão ser
1412dadas quando do pedido do licenciamento ou depois do movimento efetuado. Foi uma
1413coisa para a qual nós não nos atentamos quando aprovamos a proposta, não está claro
1414no texto se vão ser informações terminativas ou se vão ser informações prévias, em
1415alguns momentos dar a impressão que é prévia e em outros momentos dá a impressão
1416que é terminativa. Fala também que ficou o art. 3º como um artigo que trata de... eu não
1417sei se os senhores têm a cópia para seguir, que trata de autorização, fala que é
1418autorização, tem que ser dada, não é uma Resolução para tratar disso. Então, eu acho
1419que passou da nossa análise esse art. 3º acho que está um pouco fora de lugar. Foi-
1420nos questionado a redundância de alguns artigos, como o art. 5º, o 3º, que eu já falei, o
14217º, que trabalha de P2R2, que está deslocado da proposta e as questões de
1422cumprimento e fiscalização também, já que se trata de uma proposta de Resolução que
1423se remete a informações a serem colocadas no Cadastro Técnico Federal, as ações de
1424fiscalização já são aquelas definidas por aquele instrumento, não necessariamente por
1425esse aqui. Então, o que estamos aqui é complementando informações que são dadas
1426ao IBAMA no Relatório Anual de atividades do Cadastro Técnico Federal. A minha
1427sugestão e agora vem a minha parte pessoal, o resto acho que já está claro aqui na
1428Resolução, era de que fizéssemos do mesmo modo que fizemos em pneus uma vez,
1429que nós fizéssemos um grupo pequeno de trabalho, um Grupo *Ad Hoc* para discutir
1430essa proposta e ver se é possível com algumas modificações apresentar aos senhores
1431uma nova proposta, sem necessariamente convocar um Grupo de Trabalho para mexer
1432nessa proposta. Se nessa mudança os senhores acharem que não há elementos
1433suficientes e quiserem por bem reconvocar o Grupo de Trabalho isso também é
1434possível, mas eu diria que talvez consigamos fazer uma proposta de mudança rápida
1435no escopo e apresentar isso quem sabe em 1 ou 2 meses, 1 mês talvez. É isso Thiago.
1436Obrigada.

1437

1438

1439**SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – A proposta que foi
1440feita aqui, até tinha combinado com a Zilda, era para que retomássemos aquele
1441exemplo dos pneus. Os pneus tiveram uma confusão também da Resolução voltar para
1442a Câmara Técnica, foi feito um Grupo de Trabalho *Ad Hoc*, um grupo bem reduzido de
1443pessoas que já trabalhavam algum tempo com isso só para sistematizar algo para
1444trazer para cá, porque corremos o risco de fazer ou uma Resolução que foge do escopo
1445do que era o Grupo de Trabalho, o que já cansamos de ver que é um problema, ou uma
1446Resolução incipiente, e que realmente não vai contribuir em nada. Então, se houver a
1447anuência dos Conselheiros, eu quero estabelecer esse Grupo *Ad Hoc*, colocando a

1448coordenação da Zilda, se a Zilda aceitar, até porque conduziu toda essa negociação,
1449tem setores interessados em participar e acho que é necessário incluir esses setores, o
1450IBAMA também. A assessoria técnica vai ficar... mas nós não podemos transformar isso
1451em um novo Grupo de Trabalho, é um Grupo de Trabalho *Ad Hoc* e vou propor o
1452seguinte: 2 representantes do Governo Federal, 2 representantes de governos
1453estaduais que tem interesse, 2 representantes de governos municipais, que tenham
1454interesse, 2 representantes do setor produtivo e 2 representantes da sociedade civil
1455também. Pode ser assim? Então, fica aí por coordenação da Zilda Veloso, não é do
1456MMA, é da Zilda mesmo, porque ela muda de sobrenome, já foi Zilda do IBAMA, agora
1457é Zilda do MMA. Então, fica com a coordenação.

1458

1459

1460**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Eu perdi um pedaço da discussão
1461desse item 2.4, movimentação interestadual de resíduos, mas eu consulto a Câmara no
1462seguinte sentido: havia uma previsão, inclusive na jurídica foi discutido, de que essa
1463Resolução fosse discutida nessa reunião da Câmara Técnica para que nós,
1464eventualmente, levássemos para a jurídica de agosto e plenária de agosto essa
1465Resolução, até porque só tem uma Resolução para a Plenária de agosto até o
1466momento.

1467

1468

1469**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Só para esclarecer.
1470Até conversei com a Zilda e achamos que seria necessário um prazo de 2 ou 3 meses
1471para sistematizar isso. Pode ser menos? Então, vamos fazer esse Grupo de Trabalho,
1472nós já marcamos uma próxima reunião da Câmara de Saúde, até seria interessante,
1473não sei se, o José Cláudio está querendo marcar uma reunião para julho para
1474apresentar o relatório de resíduos eletrônicos. Não é José Cláudio?

1475

1476

1477**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Estava marcado para junho a nossa reunião do Grupo de Trabalho, mas o
1478pessoal pediu e disse que não, o CONAMA, não tem data e estamos passando a nossa
1479reunião para julho, 27 e 28 de julho, que fechamos.

1481

1482

1483**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Nilo, eu vou pedir aí,
1484se o DCONAMA puder fazer essa contribuição, para nós garantirmos a antecipação da
1485reunião do Grupo de Trabalho de eletrônicos para que nós façamos, antes da próxima
1486reunião da CTAJ, uma reunião dessa Câmara Técnica de Saúde, Saneamento
1487Ambiental e Gestão de Resíduos, onde nós possamos analisar tanto a proposta de
1488resíduos eletrônicos, que é fundamental para o país, e Minas avançou demais e
1489precisamos compartilhar esse avanço de Minas com o resto do País e também já para
1490analisar uma proposta desse *Grupo Ad Hoc*. Pode ser feito? E já pode ir para a Jurídica
1491em agosto.

1492

1493

1494 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – O que quero dizer, Thiago, é que a reunião do grupo vai ser dia 27 e 28 de julho.

1497

1498

1499 **SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Então, estou pedindo para adiantar a reunião do GT.

1501

1502

1503 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Já estava marcado agora para 22 de julho e pediram para adiar.

1505

1506

1507 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Só um esclarecimento. É o seguinte, mas nessa próxima reunião do Grupo de Trabalho fecha a minuta de Resolução?

1510

1511

1512 **SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas Gerais)** – Isso eu não posso garantir.

1514

1515

1516 **SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Porque a expectativa que nós temos é que talvez mais uma ou duas reuniões do Grupo de Trabalho, Thiago, essa reunião do GT agora dificilmente fecharia, pelo nosso acompanhamento, uma minuta. Então, a minha preocupação é mais com a movimentação interestadual de resíduos, mas de qualquer forma se a Câmara de Saúde e Saneamento se reunir próximo desse período, talvez um pouco antes, no final de julho, Adriano, é possível encaminhar pelo menos movimentação de resíduos, para a Câmara Jurídica fazer a discussão e aí vai depender desse Grupo Ad Hoc avançar esse período.

1524

1525 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu vou passar a palavra o representante do setor eletroeletrônico, então, o André Saraiva.

1527

1528

1529 **SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – A discussão não é o GT de Eletrônica, foi só uma discussão para saber se marcaríamos a reunião.

1531

1532

1533 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu tenho interesse nessa Resolução, mas já falando sobre a questão da pauta. Tem outros Grupos de Trabalho, que estão trabalhando, que podem está trazendo informações.

1536

1537

1538 **SR. ANDRÉ LUIS SARAIVA (ABINEE)** – Só para complementar. Como eu sou o relator e o José Cláudio é o coordenador desse Grupo de Trabalho. A ideia foi ampliar o escopo dessa discussão e pegamos o texto, que era base, e dividimos em 3 Subgrupos

100

1541de Trabalho, onde no primeiro subgrupo ficou o Governo, a academia e as ONGs; no
1542segundo grupo os fabricantes, importadores e o comércio; e no terceiro subgrupo
1543recicladores e transportadores. É só para justificar o porquê e explicar para a Câmara
1544Técnica que apoia e tem interesse na matéria, como estamos conduzindo. Então, nessa
1545reunião do dia 21 e 22, que agora vira 27 e 28 de julho, é onde vamos compor a matriz.
1546Então, vai ter o texto original, quem são os interlocutores dentro dos subgrupos e todas
1547as contribuições e o que tiver convergência já sai definido como um texto e o que não
1548houver convergência vêm para essa Câmara para poder votar. Então, esse tempo é
1549fundamental, nós não temos como antecipar 27 e 28 de julho.

1550

1551

1552**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
1553**Gerais)** – Isso não vai antecipar. É que eles estavam perguntando se nós vamos fechar
1554isso nessa reunião, não sei, porque estamos trabalhando, que acho que a diretriz do
1555Grupo de Trabalho que quanto mais consenso ele construir melhor, mas não
1556obrigatoriamente tem que vir uma coisa toda consensada. Então, nós trabalhamos em
1557subgrupos. Eu acredito que se não for 27 e 28 em uma próxima reunião já vamos ter
1558claro tudo que é consenso e o que não é e vamos trazer para essa Câmara os
1559consensos e os dissensos. Então, também não vamos ficar nos arrastando procurando
1560consenso em tudo. Então, eu acho que no máximo em agosto ou setembro, o mais
1561tardar, a nossa proposta vai estar aqui.

1562

1563

1564**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Então, para que haja
1565essa possibilidade, nós teríamos que marcar a reunião da Câmara Técnica para
1566apreciar o que sairia desse Grupo *Ad Hoc* até dia 16 de julho. Pode ser no dia 23 de
1567julho, então?

1568

1569

1570**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Pode ser sim, porque 5 dias úteis
1571para a Jurídica.

1572

1573**A SRª. ZILDA VELOSO (MMA)** – Eu tenho uma proposta. Eu quero ser bem
1574operacional em relação à mudança dessa Resolução, pensei em fazer uma coisa desse
1575tipo, nós nos reunirmos naquela semana do dia 28, 2 dias, por quem for indicado. Nós
1576ficamos 2 dias discutindo essa proposta. Junho. E a data, sei lá, não tenho a minha
1577agenda aqui, mas isso para mim é prioritário. Então, nós ficaríamos 2 dias em junho e
1578essa semana do dia 28, 29 e 30 não tem nada marcado?

1579

1580

1581**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Tem o Grupo *Ad Hoc*
1582para discutir movimentação interestadual de resíduos.

1583

1584

1585**A SRª. ZILDA VELOSO (MMA)** – Acabou de ter. Para mim pode ser segunda e terça
1586ou terça e quarta, não sei, ou quarta e quinta.

1587

101

102

103

1588

1589 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Então, fica marcado e
1590 marcamos a reunião da Câmara Técnica...

1591

1592

1593 **A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – Perdão, quinta e sexta? Mas isso é julho. Coloca
1594 junho de novo, 28 e 29.

1595

1596

1597 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – O Grupo de Trabalho
1598 marca reunião depois independente da Câmara. Vocês discutem com a Assessoria
1599 Técnica e podem marcar.

1600

1601

1602 **A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – Eu queria que passassem, então, para o Adriano do
1603 CONAMA os indicados e nós fazemos um contato para 28 e 29.

1604

1605

1606 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Então, até amanhã 5
1607 dias para os setores indicarem os representantes.

1608

1609

1610 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas
1611 Gerais)** – Eu já quero indicar de uma vez. É a Angelina da Fundação Estadual do Meio
1612 Ambiente, Diretora de Monitoramento de Fiscalização.

1613

1614

1615 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Os municípios vão
1616 indicar depois, eu vou sentar com a Celma e discutir. Algum outro setor já quer fazer
1617 uma indicação? Ministério da Saúde?

1618

1619

1620 **A SR^a. DANIELA BUOSI ROHLFS (MS)** – Flávia, que já vem acompanhando e aí deixo
1621 como indicação do Ministério da Saúde, porque nós temos 3 assentos aqui, Ministério
1622 das Cidades, Saúde e MMA. Então, está resolvido. Então, nós temos a indicação. Eu só
1623 queria, é porque preciso sair, marcaram um despacho com o Ministro e preciso me
1624 ausentar. O Eric e a Flávia vão ficar se precisar, mas queria deixar o meu voto, se for
1625 necessário, absolutamente favorável ao Grupo de *Ad Hoc* e acho que nós temos que
1626 fechar esse tema e já deixar a indicação também.

1627

1628

1629 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – O grupo já está
1630 formado e aprovado. As representações vão encaminhar depois, apesar de já ter a
1631 indicação da representação tanto de Minas, quanto do Ministério da Saúde. E a
1632 Assessoria Técnica na pessoa do Adriano fica responsável por marcar essa reunião e
1633 peço que seja marcada a próxima reunião da Câmara Técnica para aprovar, ou melhor,
1634 para apreciar essa proposta e posteriores assuntos que surgirem nesse interregno para

104

105

106

1635o dia 23 de julho, que é tempo hábil para que depois a Câmara Técnica de Assuntos
1636Jurídicos funcione e deixando aqui o voto de protesto que essa Câmara não deveria
1637funcionar em função da CTAJ, mas nós fazemos essa concessão dessa vez.

1638

1639

1640**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Não é Plenária Extraordinária, é a
1641ordinária de agosto, que é no dia 25 e 26 de agosto. Não é em função da Jurídica, é
1642uma função da Plenária e a Jurídica apenas vai trabalhar em função da Câmara
1643Técnica de Saúde das matérias que ela oferecer.

1644

1645

1646**O SR. EURICO DIVON GUALHARDI (CNT)** – Nós já queríamos deixar a indicação da
1647CNT, é o Eurico Gualhardi da NTU.

1648

1649

1650**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A CNI vai fazer a indicação
1651posterior.

1652

1653

1654**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Assim como os
1655municípios, o Estado de Alagoas, a ABES, a MOVER e o Ministério das Cidades.
1656Então, nós passamos agora para o próximo ponto de pauta, que é o penúltimo ponto de
1657pauta e vou consultar os Conselheiros, faltam 15 minutos para o 12h, nós podemos
1658continuar e encerrar a Câmara Técnica ou caso haja proposta de inclusão de algum
1659assunto para discussão podemos ficar aqui até amanhã como era inicialmente
1660programado. Eu creio que não, então, vamos estender o teto dessa reunião para
1661discutir os outros 2 assuntos que faltam. O primeiro assunto é mais uma... só pedir
1662atenção dos Conselheiros aqui. Foi criado um Grupo de Trabalho para revisão da
1663Resolução 05/93, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de portes, aeroportos,
1664terminais ferroviários e rodoviários. Ainda não houve a indicação de todos os setores
1665que têm assento nessa Câmara. Eu peço que seja agilizado a indicação dos setores
1666para que esse Grupo de Trabalho já possa efetuar o início, possa fazer a sua reunião
1667inaugural e vou abrir para a Assessoria Técnica para caso tenha algum esclarecimento.
1668É só isso mesmo?

1669

1670

1671**O SR. ERIC FISCHER (MS)** – Estamos aqui junto com os colegas da CNT na
1672coordenação e na relatoria desse Grupo de Trabalho, já iniciamos algumas reuniões, já
1673fizemos reuniões administrativas, inclusive com o pessoal do DCONAMA e não sei se
1674você quer anunciar que a primeira reunião vai ser feita na CNT. Mas quem vai
1675presidir essa reunião e a CNT cedeu o espaço dela para fazermos a primeira reunião
1676do Grupo de Trabalho nos dias 08 e 09. Então, nós gostaríamos de solicitar,
1677especialmente para os OEMAs, a indicação de pessoas que possam apresentar as
1678questões voltadas para os Estados, em nível federal nós já temos vários contatos e tem
1679algumas indicações de Estados, mas Minas Gerais e Alagoas, que são os
1680representantes aqui na Câmara Técnica, nós gostaríamos muito de contar com a
1681participação nos trabalhos desse Grupo de Trabalho. E os demais setores também

107

108

109

1682apresentarem e que sejam grupos eminentemente técnicos em levantar os pontos
1683problemáticos com relação a isso.

1684

1685

1686**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Fisher, só fazer um
1687esclarecimento adicional aqui. Apesar de a Assessoria Técnica proceder com a rotina
1688de fazer convites as especialistas da área, setores interessados, esse pedido é só
1689porque regimentalmente existem os representantes permanentes ou membros
1690permanentes do Grupo de Trabalho. Os membros permanentes são indicados pelos
1691setores que têm assento na Câmara, daí a necessidade de agilizar, Fisher, se eu
1692estiver correto, essa indicação.

1693

1694

1695**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (CONAMA)** – Só para reforçar o esclarecimento
1696do Presidente. É o seguinte, é até bom nós exercitarmos realmente essa indicação já
1697nos grupos atuais, porque a alteração proposta de Regimento pelo CIPAM, pelo menos
1698a proposta do CIPAM de novo Regimento, cria outra configuração para Grupo de
1699Trabalho e essa configuração vai depender muito de indicação de técnicos ou de
1700especialistas por parte dos membros da Câmara Técnica. O Mourão participou da
1701discussão no CIPAM e sabe bem disso. Então, hoje, na verdade, esse grupo
1702permanente é um pouco para forma, porque, na verdade, o grupo é aberto, participa
1703quem quiser, com direito a intervenção, não tem problema nenhum, mas se realmente
1704for aprovado o Regimento que está proposto pelo CIPAM, não é que vai ficar fechado,
1705mas as indicações da Câmara Técnica vão ser fundamentais para o grupo funcionar.
1706Não é isso, Fisher? O Fisher está acompanhando também.

1707

1708

1709**O SR. ANTÔNIO CARLOS GERARDI (ABES)** – Dizer que a ABES já indicou os
1710técnicos especialistas na área do Rio Grande do Sul e aqui de Brasília.

1711

1712

1713**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – A ANAMMA Nacional
1714já fez a sua indicação também, a ABES, a MOVER já fez? A MOVER não fez ainda? Já
1715fez. Tudo bem, então, está faltando só da ANAMMA Centro-Oeste e da CNI.

1716

1717

1718**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A CNI já está encaminhando a
1719indicação de um especialista na área de portos e também a Federação do Paraná está
1720interessada em poder participar. Eu acho que não há problema.

1721

1722

1723**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Eu já vou pedir até a
1724Assessoria Técnica que proceda ao convite a todas as federações da indústria, porque
1725os OEMAs já foram todos convidados. Convide todos os OEMAs, então, não como
1726membro permanente, mas para participar do Grupo de Trabalho caso tenha interesse e
1727as federações de indústria.

1728

110

111

112

1729

1730 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Aí nós mandamos oficialmente a
1731 indicação para o setor de portos e de outros interessados, a Petrobrás se manifestou
1732 interessada, indicamos também, e a federação, porque é só para contribuir dentro do
1733 Grupo de Trabalho.

1734

1735

1736 **SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Proceder a convite
1737 também a INFRAERO, a Secretaria Nacional de Portos, VALEC, CEEP. E a Assessoria
1738 Técnica cuida de todas essas indicações dos setores interessados governamentais e os
1739 não governamentais. O último ponto de pauta é um esclarecimento sobre óleos
1740 lubrificantes usados e contaminados. Tem apresentação, Fisher?

1741

1742

1743 **SR. ERIC FISCHER (MS)** – Só para apresentar a pré-pauta. Esse Grupo de Trabalho
1744 PATRF. Nós fizemos em conjunto com os parceiros aqui da CNT. Então, nós definimos
1745 que deveriam ser reuniões de um dia e meio para os dias 8 e 9. Nós podemos passar
1746 para o próximo item. E a sugestão bastante interessante da CNT é que nós
1747 iniciássemos essas reuniões realmente às 10h seguindo até 13h, com 1 hora de
1748 intervalo de almoço, segue das 14h até às 18h e nesse primeiro dia vamos fazer,
1749 principalmente apresentações, quer dizer, a proposta do MMA, a ANVISA, o IBAMA e o
1750 MAPA ainda há confirmar. A ANVISA está confirmada. São os 3 organismos em nível
1751 federal que realmente trabalham com gerenciamento de resíduos e controlam essa
1752 questão e aí nós gostaríamos de indicações de OEMAs para ver a questão dos
1753 Estados. E outras empresas a CNI deve fazer uma apresentação também e deixamos,
1754 então, o segundo dia de 8h às 13h para o planejamento do Grupo de Trabalho e
1755 discussões, liberando as 13h para o pessoal retornar para os Estados ou se tiver
1756 alguma reunião aqui em Brasília ainda poder utilizar esse espaço de tempo. O local vai
1757 ser no auditório da CNT. Obrigado. Hoje foi só para apresentar a pré-pauta.

1758

1759

1760 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós vamos falar bem menos tempo
1761 que isso. Eu só queria fazer um Informe à Câmara Técnica, que nós oficializamos junto
1762 ao DCONAMA o pedido de criação de um Grupo de Trabalho para recolhimento de
1763 filtros de óleos lubrificantes usados. Isso foi formalizado, era algo de interesse do setor,
1764 acho que é uma questão ambiental importante, que nós já temos uma Resolução que
1765 trata de óleos lubrificantes usados e contaminados. Estamos discutindo de embalagens
1766 e apresentamos um pedido para o filtro.

1767

1768

1769 **SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Desculpe se parece
1770 muita... existe a necessidade de ter um Grupo de Trabalho só para isso, não pode
1771 ampliar o escopo de embalagens?

1772

1773

1774 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Quando chegar à Câmara Técnica,
1775 nós vamos ter que discutir essa questão. Eu só estou dando o Informe, assim que o

113

114

115

1776Ministério do Meio Ambiente se manifestar a respeito e isso entrar em pauta para nós
1777podermos debater. Na verdade, foi até discutido dentro do grupo de embalagens, mas
1778achou por bem não, nós estávamos extrapolando o mandato que tínhamos. Então,
1779vamos apresentar um pedido de vista em separado e se a Câmara julgar correto fazer
1780em conjunto, nós o faremos, se achar que não, é porque as pessoas são as mesmas,
1781na verdade, são as mesmas.

1782

1783

1784**A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – Eu lembro que quando isso foi discutido no Grupo de
1785Trabalho de Embalagens de Óleo, vou repetir a pergunta que eu fiz agora com os
1786Conselheiros, qual é o destino dado para os filtros? Ele é simplesmente disposto? Se é
1787simplesmente disposto não precisa ter um Grupo de Trabalho só para isso, se é para
1788disposição pode ter uma orientação dentro da Resolução que fale de filtros, estopas, é
1789muito falado nas estopas, luvas, o material que você usa. Então, não vou fazer uma
1790Resolução, Wanderley, eu pedi que o setor avaliasse, só para dizer que o filtro tem que
1791ser recolhido de maneira adequada e disposto em entidades licenciadas.

1792

1793

1794**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Tem todo um processo, Zilda, por
1795atrás disso. O setor não está aqui hoje.

1796

1797

1798**A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – Eu sei, mas me lembro de que eu fiz essa pergunta e
1799a resposta foi essa que você está dando agora. Então, não faz sentido.

1800

1801

1802**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Infelizmente isso não é descartado
1803de maneira correta, José Cláudio, porque é um resíduo perigoso e ele contém grande
1804concentração desse óleo contaminando e balanço de massa não fecha do pessoal do
1805recolhimento do que é fabricado e do que é recolhido e boa parte devido a isso. O
1806pessoal do SINDICON está aqui.

1807

1808

1809**A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – Wanderley me desculpe, inclusive eu complementei,
1810isso é resíduo do posto de combustível ou do lugar onde é feito a troca, ele tem que
1811fazer parte do licenciamento ambiental, ele não tem que ter uma Resolução para tratar,
1812se não nós vamos começar a tacar a tampa do óleo diferente da embalagem do óleo,
1813porque é de uma composição diferente.

1814

1815

1816**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Porque o filtro é diferente.

1817

1818

1819**A SR^a. ZILDA VELOSO (MMA)** – Eu sei Wanderley, mas isso faz parte do resíduo do
1820processo, a embalagem é porque contém o óleo. Eu me lembro bem da aprovação que
1821os senhores fizeram na Câmara, da discussão que nós tivemos em agosto do ano
1822passado, foi que a embalagem de óleo estava tão casada com a questão do óleo

116

117

118

1823rerrefinado e era importante dentro do processo que precisava ser tratada. Agora,
1824outros resíduos gerados são abrangidos, salvo o melhor juízo, dos órgãos ambientais
1825presentes dentro do licenciamento ambiental. Nós não precisamos fazer uma
1826Resolução específica para isso. Eu gostaria que isso fosse ponderado.

1827

1828

1829**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não, tudo bem, eu não quero
1830discutir mérito aqui. Eu só estou informando a Câmara que foi apresentada, o setor se
1831mostrou interessado em fazer logística reversa desse material perigoso e é logística
1832reversa que está sendo proposto. Então, essa é uma discussão densa também, mas
1833Zilda é resíduo perigoso e a própria PNRS amplia bastante.

1834

1835

1836**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
1837**Gerais)** – É outro assunto, não tem nada haver com isso. Nós estamos nos assuntos
1838gerais? Eu imagino.

1839

1840

1841**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Só para concluir já
1842que estamos nos assuntos gerais. É só para informar no 3.1 que já foi encaminhado,
1843apresentado na última Plenária o resultado do trabalho de óleos lubrificantes usados e
1844contaminados. José Cláudio, já que você vai falar de assuntos gerais, eu vou aproveitar
1845e fazer uma pergunta para que você também fale em assuntos gerais. Como Minas
1846está tratando a questão de subproduto de animais? Aquilo que não vai, por exemplo,
1847para a ETE do Frigorífico, o osso, como é que isso está sendo disposto lá? Porque
1848tecnicamente tem as mesmas características de um resíduo de serviço de saúde, eu
1849acho até que pode ter patogenicidade naquilo lá e recentemente teve um pedido para
1850que fosse encaminhado para o aterro de Goiânia e fiquei um pouco preocupado com
1851isso.

1852

1853

1854**A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (ANAMMA)** – Na verdade, o que foi solicitado à
1855Prefeitura de Goiânia ou a quem administra o aterro é a disposição daquele substrato
1856que é formado em cima das lagoas...

1857

1858

1859**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Recentemente teve
1860um pedido a Friboi.

1861

1862

1863**A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (ANAMMA)** – É esse material.

1864

1865

1866**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Mas era subproduto
1867mesmo, eu recusei de plano até mandei um e-mail aqui para o CONAMA, acho que o
1868Adriano me respondeu, me mandou algumas coisas, o Nilo também, até falando que
1869não existe uma Resolução específica, não existe um conhecimento em Resolução para

119

120

121

1870destinar esse tipo de resíduo, não cheguei a conversar com você sobre isso, porque eu
1871recusei de plano, na época a Friboi queria destinar alguns subprodutos de animais para
1872o aterro sanitário alegando que era orgânico e tudo mais.

1873

1874

1875**A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (ANAMMA)** – Carcaça? Mas isso se transforma
1876em farinha de osso.

1877

1878

1879**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Mas eles não
1880estavam fazendo isso, eles tinham perdido a capacidade.

1881

1882

1883**A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (ANAMMA)** – Tem algum problema aí da qual
1884não estão querendo fazer.

1885

1886

1887**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Mas tecnicamente
1888pode ir para aterro público?

1889

1890

1891**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Aterro sanitário pode sim, porque é
1892um resíduo orgânico, com característica orgânica.

1893

1894

1895**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Mas sem tratamento
1896diferenciado do jeito que tem, por exemplo, o tratamento de resíduos de serviço de
1897saúde.

1898

1899

1900**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas
1901Gerais)** – Serviço de saúde, classe B são para carcaças de animais com doenças ou
1902que foram objeto de experimento e não normal. Mas eu não conheço nenhum caso que
1903eles tenham pedido para fazer isso, porque eles têm valor econômico agregado, como
1904farinha de osso.

1905

1906

1907**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Teve um pedido
1908recente em Goiânia, por isso que eu estranhei.

1909

1910

1911**O SR. DIÓGENES DEL BEL (ABETRE)** – Na realidade, tem que observar também,
1912além das restrições gerais, as restrições específicas para os aterros, eles
1913eventualmente têm restrições específicas para cada um. Esse tipo de resíduos dos
1914refrigeríficos e abatedouros, normalmente é isso que o Junqueira falou, são usados na
1915fabricação de rações, mas a legislação sanitária estabelece alguns limites do prazo,
1916quer dizer, se o processo parou, eu acho que 48 horas tem um prazo que além daquilo

122

123

124

1917 não pode ir para a reunião, aí ele vira resíduo mesmo e acaba para aterro. Então, ele tem
1918 um corte pelo prazo que a legislação estabelece, não sei exatamente quais as
1919 condições. Então, às vezes, você tem uma coisa do processo que tem que ir para
1920 aterro, mas aí depende da licença de cada aterro.

1921

1922

1923 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
1924 **Gerais)** – O meu assunto geral é de ordem administrativa gerencial. Ao mesmo tempo
1925 em que eu quero cumprimentar o Presidente pela condução da reunião, eu gostaria que
1926 todos nós fizemos uma reflexão quanto ao dimensionamento inadequado dessas
1927 reuniões. Isso recentemente aconteceu no CONAMA e hoje, uma reunião prevista para
1928 2 dias, quer dizer, eu imagino que os senhores, como eu, tenham muito problema de
1929 agenda e a reunião termina às 12h e se termina ao 12h, é porque grande parte dos
1930 assuntos foram postergados e imagino que alguns desses assuntos já haviam uma
1931 possibilidade grande, uma probabilidade grande de uma previsão que não seriam
1932 discutidos aqui, como é o caso da movimentação de resíduos interestaduais. Então, eu
1933 queria pedir a Presidência juntamente com o DCONAMA que procurasse dimensionar
1934 isso em um tempo mais adequado, quer dizer, eu acho que tranquilamente mesmo se a
1935 questão do amianto estivesse sido discutido hoje, essa reunião não passaria de hoje.
1936 Então, eu acho que, sabe presidente, eu pediria uma especial atenção para um
1937 dimensionamento mais adequado com os assuntos de pauta e as previsões aí.

1938

1939

1940 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Só para fazer um
1941 esclarecimento, José Cláudio. Eu suspeitei que alguém faria essa reclamação, eu até
1942 comentei com a Celma, vamos ter que arrumar um assunto só para discutirmos
1943 amanhã, mas o que acontece? O DCONAMA marcou e nós temos tentado corrigir isso,
1944 inclusive a última reunião foi de um dia só, nós temos tentado corrigir isso, às vezes,
1945 decorre mais e meia culpa da estratégia de condução do que necessariamente dos
1946 assuntos. O tema que eu esperava maior discussão hoje é justamente de
1947 movimentação interestadual, porque faltava até se quer um norte. Então, a discussão ia
1948 levar mais de 2 dias até por faltar um norte, vieram setores interessados, já falando que
1949 seria um retrocesso. Então, essa nova estratégia, que só surgiu aqui, é que acabou de
1950 fato diminuindo muito o tempo. Então, eu quero pedir desculpas e nesse caso foi fruto
1951 só realmente de estratégias de condução. Então, só eu que peço desculpas de fato por
1952 isso, mas é porque me pareceu realmente de fato bem mais tecnicamente interessante
1953 e substancial que a gente fizesse esse Grupo *Ad Hoc* que foi proposto pela Zilda, mas
1954 fica aqui o compromisso de nas próximas reuniões, José Cláudio, de que essa
1955 discussão de estratégias seja feita até com certa anterioridade para que saibamos
1956 dimensionar melhor. Tudo bem?

1957

1958

1959 **O SR. ANTÔNIO CARLOS GERARDI (ABES)** – Na Câmara Técnica de Controle e
1960 Qualidade está sendo discutida a revisão da 357 e tem lá uma seção específica para
1961 efluentes de saneamento. Como aqui a Câmara é de saneamento, então, que essa
1962 discussão passe por esta Câmara também, até porque o trabalho que está sendo,
1963 inclusive tem reunião na semana que vem na Câmara, tem algumas questões da

125

126

127

1964Regulamentação da Lei de Saneamento que sairá, provavelmente nessa semana
1965ainda, que não estão consideradas na proposta aqui. Então, não sei como formalizar
1966isso adequadamente no regimento, mas que houvesse uma solicitação que essa
1967discussão também passasse aqui pela nossa Câmara Técnica, que é específica de
1968saneamento.

1969

1970

1971**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Só para falar aí. Eu
1972acho que o Adriano não prestou a devida atenção, porque eu estava preocupado com
1973outras coisas, mas a Assessoria Técnica tem que se atentar a isso, Adriano, a
1974reclamação do Gerardi é que um tema discutido na Câmara Técnica de Controle e
1975Qualidade, um tema atinente a saneamento, não se ateu somente as questões de
1976licenciamento, mas também às questões técnicas e de padrões de gerenciamento
1977atinentes ao saneamento. É isso?

1978

1979

1980**O SR. ANTÔNIO CARLOS GERARDI (ABES)** – Está sendo discutido lá, só que como
1981temos uma Câmara específica de saneamento que teria que ser discutida aqui, passar
1982por aqui também.

1983

1984

1985**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas
1986Gerais)** – É um dos pontos que vou esclarecer. O que ocorreu é que na 357 quando foi
1987aprovada depois de muita discussão, de muito tempo no Grupo de Trabalho na Câmara
1988Técnica de Qualidade e Controle, ficou decidido no CONAMA que se criaria um Grupo
1989de Trabalho para verificar se não ampliaria, ou não padrões para lançamento. E deu
1990uma discussão, eu até fui autor de uma ementa para que restringissem alguns padrões
1991de lançamento para estações de tratamento do esgoto e isso voltou. Mas ele tem toda
1992razão, quer dizer, além de estar padrões de lançamento de indústria, tem também
1993padrões de lançamento específico. Eu não sei se haveria necessidade de vir a esta
1994Câmara Técnica. Aí eu perguntaria ao pessoal.

1995

1996

1997**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – A Assessoria Técnica
1998vai se debruçar sobre isso e depois não precisa esperar a próxima reunião e encaminha
1999por e-mail para todos para que possamos atualizar e saber como proceder.

2000

2001

2002**O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas
2003Gerais)** – Porque eu acho que não estou acompanhando, mas eu acho que seria
2004interessante acompanharmos e na próxima reunião se acharmos que tem alguma
2005observação que a Câmara Técnica fizesse a sua intervenção.

2006

2007**O SR. ERIC FISCHER (MS)** – Apesar de não ser membro da outra Câmara, eu estou
2008acompanhando também os trabalhos, já pegamos trabalhos meio andando no negócio
2009e tem uma questão central, que é a questão dos resíduos de serviços de saúde que
2010passaram a ser destinados no esgoto, quer dizer, os hospitais em Minas Gerais não

128

129

2011precisam mais de Estação de Tratamento de Efluentes de Serviços de Saúde e isso vai
2012tudo para a Estação de Tratamento de Esgoto quando..., se não tiver Rede Coletora
2013com estações de tratamento, aí tem que ter nas questões... efluentes. Resíduos
2014líquidos, perdão. E a Unidade de Saúde tem que ter o PGRS implementado e ativo
2015funcionando. Mas isso é uma questão que leva, nós estávamos avaliando isso inclusive
2016com a ANVISA de se criar um Grupo de Trabalho para trabalhar, o que você falou aí,
2017com relação aos parâmetros epidemiológicos sanitários previstos na Lei de
2018Saneamento. Então, nós não discutimos essas questões. Então, tem algumas questões
2019ali que deveriam ser discutidas, que talvez não caiba ali, de se criar um grupo diferente
2020para discutir isso. Mas já incluir na proposta uma abertura para nós podermos criar
2021essa questão.

2022

2023

2024**SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas**
2025**Gerais)** – Eric, eu entendo que tudo é uma questão de melhoria contínua. Tem outro
2026ponto que estamos com uma pesquisa, mas não temos resultados, mais pela
2027experiência internacional, que é um negócio complicado e que nós não temos nenhum
2028disciplinamento aqui no Brasil, é a questão hormonal e de laboratório, nós estamos com
2029uma pesquisa para ver qual é a influência disso no efluente de clínicas, hospitais e
2030centros de pesquisas etc. Eu acho que isso quando nós tivermos um maior
2031conhecimento, aí sim, propor uma normalização.

2032

2033

2034**A SRª. ZILDA VELOSO (MMA)** – Não estou querendo roubar tempo, só dar uma
2035explicação. Mas é o seguinte, a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental,
2036quando a 357 foi aprovada, ela deixou o capítulo 4 e parte do capítulo 3 ou é o
2037contrário? Mas ela deixou alguns capítulos a serem revistos um tempo depois. Esse
2038grupo foi convocado em 2008 e foi um debate muito complicado, alguns pontos não
2039ficaram esclarecidos. Então, o trabalho do grupo foi suspenso e vai ser discutido agora
2040na reunião da semana que vem. Eu não sei como seria o processual aí, seria uma
2041solicitação formal, o Dr. Volney, que é o Presidente da Câmara Técnica, para que ele
2042avaliasse essa possibilidade de depois da discussão lá remeter para cá. Eu acho, não
2043estou vendo tanto problema, assim conflito em relação ao tratamento de padrões de
2044efluentes, mas acho que está bem, por outro lado acho que só melhora o texto se for
2045discutido nessa Câmara Técnica também.

2046

2047

2048**SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Então, já fica
2049formalizada para a Assessoria Técnica essa consulta à Câmara Técnica de Controle e
2050Qualidade Ambiental.

2051

2052

2053**A SRª. NORMA LÚCIA DE CARVALHO (Ministério das Cidades)** – Bom, eu acho que
2054seria sim talvez improdutivo deixar a discussão acontecer plenamente em uma Câmara
2055Técnica para depois ir para outra. Não existe a possibilidade de reunião conjunto
2056quando o tema for de interesse das duas Câmaras Técnicas?

2057

133

2058

2059 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Isso é um expediente
2060 que acontece bastante e foi o que me fez sair inclusive da CTAJ, porque são reuniões
2061 terríveis, mas pode acontecer sim.

2062

2063

2064 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas
2065 Gerais)** – Agora, salvo engano, a Câmara Técnica de Qualidade e Controle é a última
2066 reunião desse Grupo de Trabalho. Já acabou o Grupo de Trabalho? Vai ser
2067 apresentação na Câmara Técnica? Semana que vem tem uma reunião na Câmara
2068 Técnica.

2069

2070

2071 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – A Zuleica, indicada pelo Governo de
2072 Minas, fez um excepcional trabalho, um relatório, eu participei de toda a discussão, foi
2073 apresentada na última Câmara Técnica e houve um questionamento contra o grande
2074 escopo, que o escopo do produto foi maior do que foi inicialmente, mas isso foi
2075 aprovado pela própria Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental. Então,
2076 acredito que o assunto vai ser debatido e esgotado lá. O mais correto seria que os
2077 Conselheiros possam participar da discussão, porque à reunião conjunta é mais
2078 trabalhosa e o assunto é pesado, não é leve. Então, a consulta é pertinente, porque é
2079 saneamento sim, mas dentro do escopo de controle e qualidade ambiental, que é o
2080 escopo de estabelecimento de padrões que é competência da Câmara Técnica.

2081

2082

2083 **O SR. JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO (Governo do Estado de Minas
2084 Gerais)** – Wanderley, aí eu acho que a consulta vai ficar prejudicada, porque a reunião
2085 é segunda e terça da semana que vem. Quarta e quinta pelo que vocês estão falando...

2086

2087

2088 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Não se esgota José Cláudio, pode
2089 ficar sossegado que não se esgota. O assunto é denso, a proposta é muito boa, eu faço
2090 a avaliação muito positiva, porque avança em muitos pontos da 357 e faz uma coisa
2091 que o Cláudio Alonso chamou atenção, ela separa um pouco a questão da parte da 357
2092 que trata de enquadramento, qualidade e enquadramento de corpos receptores da
2093 questão, provavelmente do controle. Então, aperfeiçoa vários instrumentos, pode
2094 passar por outro? Eu acho que pode, só não sou favorável à reunião conjunta, acho
2095 que tivesse que passar à parte nessa Câmara.

2096

2097

2098 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Só para esclarecer os
2099 Conselheiros. A consulta já vai ser feita, de toda forma a Assessoria Técnica já vai
2100 encaminhar essa consulta o mais rápido possível.

2101

2102

2103 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Pode ficar sossegado que isso deve
2104 ter no mínimo mais uma reunião.

134

135

136

2105

2106

2107 **O SR. ERIC FISCHER (MS)** – Um aconselhamento aqui. Eu estava preparando para a
2108 reunião da Câmara Técnica sobre esse assunto 3 ou 4 propostas de alteração de texto
2109 pelo Ministério da Saúde ou de ajuste de texto. Esse tipo de encaminhamento de
2110 Conselheiros que não fazem parte da Câmara Técnica é possível sem maiores
2111 problemas?

2112

2113

2114 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Dentro da reunião da
2115 Câmara Técnica?

2116

2117

2118 **O SR. ERIC FISCHER (MS)** – Para a próxima reunião, que é semana que vem. É
2119 mandar um documento, um ofício pedindo...

2120

2121

2122 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA/Centro-Oeste)** – Então, tem que ser
2123 até hoje. Na verdade, já findou o prazo para a próxima pauta. Então, vai se tratar de
2124 fato de só uma consulta que a Assessoria Técnica vai fazer ao Presidente da outra
2125 Câmara. Doutores, mais algum assunto até amanhã? Então, até amanhã ou quem vai
2126 participar do Grupo *Ad Hoc* a Assessoria Técnica vai coordenar os trabalhos para
2127 reunião já em junho e a próxima reunião da Câmara Técnica já fica marcada para o dia
2128 23 de julho, onde nós temos como pauta inicial apreciação do documento elaborado
2129 pelo Grupo *Ad Hoc* de Movimentação Interestadual, que é em uma sexta-feira, 23 de
2130 julho. Então, boa sorte à todos, fiquem todos com Deus e um bom regresso à todos e à
2131 todas.

137

138